

Tribuna da Luta Operária

ANO V - Nº 174 - DE 2 A 8 DE JULHO DE 1984

Cr\$ 300,00

**Figueiredo em desatino
retira sua própria emenda**

Ditadura insulta Congresso e povo

Numa afronta ao país, o general Figueiredo retirou sua emenda constitucional no dia em que ela seria votada pelo Congresso, pois viu que seria derrotado pelas diretas-já. Mesmo assim a mobilização popular pró-diretas continua e nova emenda deve ser votada em agosto. Na pág. 3.

**Drama, abandono e
revolta do povo
pobre de Vila Socó**

Quatro meses após o fogo,
a paciência acabou. Pág. 6

**Maior Sindicato
do país marcha
para as urnas**

Duas concepções sindicais
medem forças. Leia na pág. 7

EDITORIAL

Golpe do desespero

Episódio imoral, mas ao mesmo tempo instrutivo, foi a retirada da emenda Figueiredo na hora de sua votação pelo Congresso Nacional. Imoral porque revela o desespero dos generais em se manterem no poder contra a vontade de toda a nação — inclusive grande parte do PDS que eles criaram e alimentaram. Instrutivo porque mostra, da forma mais explícita, que a conquista das diretas-já é a questão política central do país, que diz respeito ao poder e ao fim do regime militar. Não será portanto coisa a ser decidida unicamente através de meros expedientes regimentais no Congresso Nacional. É um problema de fundo que depende sobretudo da intervenção enérgica, massiva e organizada do povo e das forças democráticas — coordenada, não resta dúvida, com ações no nível especificamente parlamentar.

Este mais recente achincalhe do governo contra o povo e o Parlamento, longe de avaliar, reduz mais ainda o fôlego do sistema despótico mantido pelas Forças Armadas desde 1964. Por um lado radicaliza brutalmente o quadro político do país. Desmoraliza outra vez os sonhos dos que ainda pensavam em negociar com a máfia encastelada há 20 anos em Brasília. Por outro, acelera rapidamente a putrefação do PDS e de todo o esquema político montado pela ditadura. O golpe de Figueiredo criou animosidade até em servidores fiéis do poder, como Nelson Marchezan e outros. O deslocamento de forças contra o regime é tal que além de perder a sustentação na Câmara Federal, Figueiredo já não conta sequer com o apoio do Senado. E para desatino dos ocupantes do Planalto até os dois últimos presidentes do PDS, Sarney e Bornhausen, dispunha-se a apoiar o destaque para garantir as diretas-já quando estava para entrar em votação a emenda Figueiredo. O PDS faliu e o regime militar está em frangalhos.

Diante deste quadro, os trabalhadores e todos os democratas só podem renovar as esperanças na batalha que travam sob a bandeira das diretas-já. Trata-se mais do que nunca de dobrar o empenho para realizar novas e mais poderosas manifestações de massas nas praças públicas. Os recentes comícios em Curitiba, São Paulo e Rio podem ser a partida para mais uma jornada de protestos em todo o Brasil.

Da mesma forma a situação indica a necessidade de persistir, e ampliar ainda mais, a política de unidade com os mais vastos segmentos interessados nas diretas-já e no combate ao regime. Inclusive coloca-se como dever de primeira ordem buscar pontos comuns de luta com as correntes que se afastam do PDS, para fortalecer a frente unitária pela democracia. Qualquer manifestação de estreiteza nesta hora é desastrosa.

Ao lado disto, confirma-se a justeza da procura das formas concretas para realizar uma assembleia popular e democrática que firme um programa básico com o qual deve necessariamente comprometer-se um candidato único das oposições para a Presidência da República.

Para as oposições está colocada uma tarefa de enorme responsabilidade. A crise em evolução no país é das mais graves. A ditadura revela o seu completo desprezo pelas mais elementares regras democráticas e a disposição de empregar novos e inescrupulosos golpes para se manter de pé. Esta conjuntura dramática não permite a nenhum democrata alimentar qualquer veleidade de colocar seus interesses pessoais ou de grupo acima das aspirações maiores do povo e da nação. É hora de desprendimento, de unidade e de luta. Quem se omitir ou frear o combate democrático terá muito breve que prestar contas à história.



Na Se. São Paulo: "Devíamos ter feito isso no dia seguinte a votação da emenda Dante"

Povo enche outra vez as ruas

Comícios-gigantes em Curitiba, S. Paulo e Rio. Pág. 4



"Quilombo" de Cacá Diegues prefere fantasia aos fatos

Clóvis Moura entra na polêmica. Página 9

Neste dia o Uruguai parou

O 11º aniversário do golpe militar-fascista no Uruguai, quarta-feira dia 27, foi marcado por uma impressionante greve geral política que parou todo o país por 24 horas. Fábricas, transportes urbanos, porto e aeroporto, cinemas, escolas e repartições públicas aderiram ao protesto, por eleições livres, anistia geral e outras exigências. Apenas a polícia e o Exército "trabalharam" o dia inteiro, patrulhando as ruas.

O êxito integral da paralisação, motivo de orgulho para a classe operária, os trabalhadores e democratas do país vizinho, deve-se em grande parte à unidade do movimento. Convocado por todos os partidos de oposição, sindicatos, entidades estudantis e até agremiações patronais, ele exprimiu o sentimento unânime dos uruguaios: basta de ditadura militar!

Terroristas ameaçam presidente de Sindicato mineiro

CCC ataca carro de Cêlio de Castro. Pág. 3

Cosipa condena à morte lenta 83 operários

Canindé (na foto) e seus companheiros foram vítimas da sede de lucros da empresa, que escondeu tudo. Pág. 10



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Betancur, presidente da Colômbia, denunciou as ameaças dos banqueiros, na abertura da reunião

Juros altos desafiam a união dos devedores

Nem bem havia terminado o encontro dos devedores latino-americanos em Cartagena, e os banqueiros norte-americanos responderam com uma chicotada: elevaram a taxa de juros em 0,5%. Em uma penada a América Latina tem que pagar 1,5 bilhão de dólares a mais. E importante lembrar que há seis semanas atrás foi uma alta de 0,5% que desencadeou Cartagena.

No sábado, dia 23, terminava na Colômbia, em Contagem, a primeira iniciativa de união latino-americana contra o imperialismo financeiro da dívida externa. Os 11 países reunidos romperam na prática o isolamento forçado pelos banqueiros, que só admitem união dos credores; dos devedores jamais.

Os banqueiros internacionais e seus governos tudo fizeram para impedir a reunião, chegando até a ameaçar o presidente colombiano, Betancur, de represálias por sediar o encontro. Além disso os banqueiros contaram com o vergonhoso auxílio dos governos do México e do Brasil, que só aceitaram participar do encontro se dele não saísse nenhum "cartel de devedores" e se a

reunião fosse "bem comportada".

Já se sabia que os governos não iriam longe em Cartagena. Na declaração final os países credores afirmam que vão pagar tostão por tostão e pedem apenas condições melhores. No entanto, os países que estão passando por um processo popular pressionaram o conjunto por soluções mais profundas; foi assim com a Bolívia e com a República Dominicana. A própria Argentina deve ser destacada por ter defendido um endurecimento com o FMI, não aceitando a criminosa receita da recessão e do arrocho salarial.

Cartagena foi um passo adiante. Entretanto a história em nossos dias caminha tão depressa que já na segunda-

feira os banqueiros norte-americanos, ao aumentar ostensivamente a taxa de juros, colocaram a questão em outro patamar. Os devedores têm que dar um novo passo.

Pelo documento de Cartagena os países latino-americanos entregaram 30 bilhões de dólares para os países ricos em 1983, a título de juros e outros pagamentos. Pois nos últimos três meses, com os 2% de aumento dos juros desse período, aparece um acréscimo de 5 bilhões de dólares, o que representa um sexto a mais. Se a taxa de juros pular para 15% como os especialistas avaliam, os juros excedentes totais podem chegar a 10 bilhões de dólares.

O ministro da Fazenda do Equador deu um exemplo dramático. Com os aumentos nas taxas de juros, o serviço da dívida equatoriana aumentou em 90 milhões de dólares, o que significa que o equivalente "a metade da receita do imposto de renda será destinada ao pagamento dos juros excedentes". (Luís Gonzaga)

Sandinistas flagram padre traficando armas em Manágua

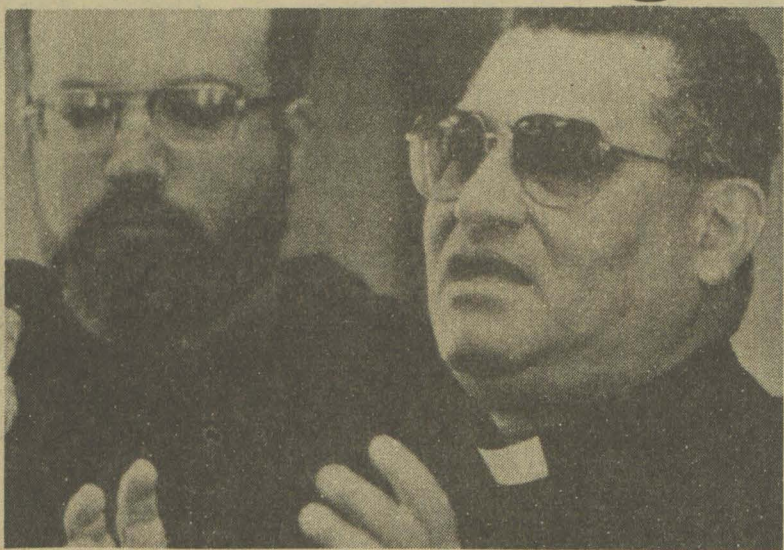
O padre Luís Amado Peña foi flagrado em Manágua traficando armas para os mercenários da FDN, que lutam pela derrubada do governo sandinista da Nicarágua. Juntamente com outras dez pessoas — inclusive Pedro Espinoza Sanches, dirigente da FDN —, o padre está sendo processado por sua colaboração com os contra-revolucionários apoiados pela CIA.

Imediatamente após tomar conhecimento do envolvimento do padre Peña com os anti-sandinistas, a população de Manágua deu início a manifestações exigindo a punição dos contra-revolucionários a serviço do imperialismo norte-americano. No dia 25, mais de mil populares foram à Igreja do Espírito Santo, onde atua o padre Peña, aos brados de "Morte aos mercenários" e "Fora os vendedores da pátria", exigindo a sua expulsão. Na oportunidade, apenas 50 "fiéis" participavam de uma cerimônia de apoio a Peña.

MONSENHOR DOS RICOS

Já o chefe da Igreja na Nicarágua, dom Miguel Obando y Bravo, chamado pelo povo de "monsenhor dos ricos", correu a acudir o seu colega. Dom Obando disse que as acusações contra Peña são "mais uma tremenda trama" dos sandinistas, porém não teve argumentos contra a prova do envolvimento do padre com os bandos da FDN. O governo sandinista conseguiu filmar o sacerdote recebendo armas; e o dirigente da FDN, Espinoza Sanchez, confessou que Peña tem ligações com sua organização.

Na verdade, as atividades anti-sandinistas desse padre não são recentes. De há muito, juntamente com dom Miguel Obando e outros religiosos direitistas, ele vem incitando os jovens nicaraguenses a não se apresentarem ao serviço militar do país. Isto num momen-



Dom Obando y Bravo: socorrendo o padre traficante de armas nesses setores mais reacionários da Igreja nicaraguense que, por trás de seus sermões "celestiais", escondem sua ação criminosa contra aqueles que lutam pelo paraíso, na Terra.

AJUDA IANQUE

No dia 26 o governo de Ronald Reagan anunciou que to em que a pátria de Sandino está sendo alvo de agressões armadas por grupelhos da FDN e Arde, financiados pela CIA.

As hostilidades de dom Obando e seus discípulos chegaram ao ponto de, no Dia de Finados de 1983, cancelar as missas em honra aos mortos e conchamar suas "ovelhas" a rezarem contra os governantes sandinistas. Tal atitude, da parte da direção da Igreja nicaraguense, tem revoltado até mesmo padres e religiosos sinceramente comprometidos com a luta do povo por liberdade e melhores dias. Contudo, mesmo estes não escapam à ira revanchista do "monsenhor dos ricos": no ano passado, ele removeu de suas paróquias 21 religiosos progressistas e os substituiu por "pastores de almas" mais fiéis aos interesses terrenos defendidos pela alta hierarquia eclesiástica.

O flagrante do padre Peña, transportando explosivos e granadas, foi um duro golpe

continuará financiando as organizações terroristas que atuam na Nicarágua, apesar da decisão do Congresso norte-americano, que rejeitou um pedido de 21 milhões de dólares (Cr\$ 35,7 bilhões) para esses contra-revolucionários. O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, John Hughes, disse que a Casa Branca manterá o pedido de fundos para o programa secreto da CIA destinado a apoiar os anti-sandinistas.

Os Estados Unidos, além de bancar grupos armados na Nicarágua, investem também em candidatos opositores que concorrem nas eleições que ocorrerão dia 4 de novembro no país. É o caso dos políticos ligados ao jornal "La Prensa", de Pedro Chamorro, financiado pelos ianques. Chamorro já anunciou que seu jornal apoiará o Partido Social-Democrata, do qual é secretário, liderado por Luís Rivas Leiva. Parentes de Chamorro, participam também dos bandos armados que lutam contra o governo, como Fernando "El Negro" Peña, que chefia uma das organizações ligadas à Arde. Aliás, é sintomático o fato de que dom Miguel Obando dá entrevistas ao jornal "La Prensa", embora recuse suas declarações aos outros órgãos de imprensa nicaraguense....

Iugoslávia processa patriotas albaneses

Os tribunais iugoslavos estão julgando 34 patriotas albaneses. Em Pristina, 20 estão sendo processados por defender o direito de Kossova — região albanesa na Iugoslávia — ser república na Federação iugoslava; em Pec, outros 14 são acusados de "associação hostil" por defenderem o mesmo direito. Kossova faz parte da República da Sérvia.

OPRESSÃO CULTURAL

Os processos estão no bojo de uma violenta opressão a que os albaneses kossovares são submetidos no país de Tito. Recentemente a agência noticiosa oficial Tanjug informou que o governo iugoslavo decidiu reduzir em 10,1% o número de estudantes das dez faculdades e sete escolas superiores da Universidade de Kossova, diminuindo 1.500 vagas no próximo ano letivo. Em algumas faculdades, como a de Filosofia, e nas escolas superiores, a diminuição de inscrições será de 20% a 50%.

A situação é agravada pelo fato de que 50% dos albaneses que se inscreveram nos cursos superiores não conseguem concluí-los, devido a dificuldades financeiras. Dos 18 mil estudantes que se matricularam entre 1979 e 1980, dos quais 4 mil em cursos por correspondência, apenas 500 prosseguem os estudos — e nenhum por correspondência.

Socialismo na Albânia

Palestra proferida dentro da programação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência por Reinaldo Carvalho, diretor da Associação de Amizade Brasil-Albânia. Dia 6 de julho, às 10h30, no prédio da Poli-Biênio 5, campus da Cidade Universitária, S. Paulo. Compareça!

Trama contra o socialismo

A perseguição aos albaneses que vivem em Kossova tem suas raízes na concepção chauvinista das autoridades iugoslavas. Desde que chegaram ao poder, os titistas revelaram a sua verdadeira face burguesa na perseguição às diversas nacionalidades que constituem o país.

Mas o agravamento destes conflitos nos últimos anos, em particular desde os ataques aos estudantes de Pristina em março de 1981, tem como móvel direto a provocação à Albânia Socialista. Agindo como puma, os revisionistas da Iugoslávia tratam de buscar um pretexto para aumentar o cerco militar e mesmo ameaçar de invasão a heróica trincheira do socialismo na Albânia.

Assim, o dever internacionalista de solidariedade ao povo de Kossova está intrinsecamente ligado hoje à defesa da integridade do território albanês e à condenação das atitudes hostis da Iugoslávia.

URSS admite "contaminação cultural"

Um recente artigo da "Gazeta Literária", revista cultural oficial da União Soviética, admite a existência de uma "contaminação cultural" proveniente da importação de filmes de vídeo-cassete piratas dos países capitalistas e vendidos no mercado-negro que floresce naquele país. A revista reconhece que a sociedade "privilegiada e corrupta" soviética consome esses produtos com grande avidez.

Evidentemente a "Gazeta Literária" e a imprensa soviética em geral tentam aparentar uma "indignação" pelo fato desse fenômeno ocorrer no "socialismo desenvolvido". Afirmam inclusive que as autoridades soviéticas por várias



Tito: antimarxista

Sérvios oprimem Kossova

A origem da opressão sérvia ao povo de Kossova remonta à segunda metade do século XIX, quando os albaneses estavam prestes a libertarem-se da dominação otomana. Os reis e príncipes da Itália e Áustria-Hungria, da Grécia e da Sérvia, de Montenegro e Bulgária lançaram-se ao saque do que chamavam "periferia do Império Otomano" — em especial as hordas sérvias e montenegrinas primaram pela violência e barbarismos.

A ALBÂNIA DIVIDIDA

Em 1913, os embaixadores das grandes potências europeias realizaram uma conferência em Londres, na qual arbitrariamente desmembraram a Albânia, sacramentando o saque realizado no século anterior. Uma grande parte do Nordeste albanês, incluindo Kossova e outras comarcas, foi anexada aos reinos de Sérvia e Montenegro. A Conferência de Paz de Versalhes, em 1919, referendou esse desmembramento. Entre 1913-1927, foram assassinados mais de 200 mil albaneses, encarcerados dezenas de milhares e arrasadas populações inteiras nessa região. É que o povo não se dobrava aos dominadores, e insistia em continuar sua luta por liberdade. Até o ano de 1941, foram expulsos violentamente de Kossova cerca de 500 mil albaneses — a maior parte para a Turquia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os povos da Iugoslávia e Albânia travaram heróica luta contra a dominação dos fascistas italianos e alemães. Milhares morreram para que a besta-fera nazista fosse expulsa de seus territórios. Os Partidos Comunistas da Iugoslávia e da Albânia defenderam, nessa luta, o direito à autodeterminação dos povos. Tito, dirigente do PC iugoslavo, aproveitando-se dos anseios de emancipação nacional, chegou a escrever em 1942 que, segundo o "princípio estabelecido por nossos grandes mestres e dirigentes Lênin e Stálin, segundo o qual cada povo tem direito a decidir por si mesmo, inclusive a secessão... A questão de Macedônia, de Kossova e Metohia, de Montenegro, Sérvia, Croácia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina serão facilmente solucionadas, satisfazendo a todos".

Mas, a partir de sua chegada ao poder, Tito desmascarou-se como antimarxista e passou a atacar Stálin. Em fevereiro de 1945, estabeleceu uma Administração Militar em Kossova.

Divisões militares sérvio-montenegrinas, macedônias, etc., inundaram Kossova. Milhares de albaneses foram assassinados e massacrados sob as mais diversas acusações. Outros milhares foram levados à frente de batalha. Kossova foi incluída na República da Sérvia. Tito confessou a Enver Hoxha, dirigente dos comunistas albaneses, que isso foi feito "porque atualmente a reação gran-sérvia não aceitaria" a autodeterminação de Kossova.

Os kossovares, contudo, continuaram sua luta pela emancipação nacional. Em 1968, quando se debatiam as emendas à Constituição da Iugoslávia, os habitantes da região reivindicaram novamente seus direitos nacionais e o status de República. Foram reprimidos com violência. Mas conseguiram o direito à bandeira nacional, ao bilinguismo (línguas albanesa e sérvia), e à criação da Universidade de Pristina.

FALSO SOCIALISMO

Em 11 de março de 1981, novas manifestações pelo direito de Kossova ser uma República na Federação Iugoslávia. A polícia sérvia e milícias de Belgrado, armadas até os dentes, cercaram as cidades de Kossova com tanques, cobriram os céus com aviões, encheram os aeroportos com pára-quedistas. O saldo da repressão foi de 308 mortos e feridos. Desde então a perseguição, tortura e morte dos patriotas kossovares continuam violentas, tornando ainda mais claro o quanto o chamado governo "autogestionário" da Iugoslávia está afastado do verdadeiro socialismo.

O povo de Kossova sofre um nível de desemprego duas vezes e meia maior do que o da Sérvia; o número de seus operários emigrados para fora da Iugoslávia passa dos 110 mil, além dos 70 mil parados na própria região. Até mesmo o presidente do Conselho Executivo iugoslavo, V. Yuravich, confessa que "os investimentos econômicos em Kossova são 43% menores do que os da média da Iugoslávia".

vezes tentaram destruir, sem sucesso, o mercado-negro de filmes pornográficos e decadentes.

É verdade que a URSS, assim como todos os países, é alvo da agressão cultural do imperialismo ianque. Mas essa agressão tem tido sucesso onde a resistência é fraca — a semente que não cai em solo fértil não germina. Só uma pequena minoria tem acesso aos vídeo-cassetes fabricados na URSS, já que eles são vendidos a 6,12 milhões, preço bem acima do que um operário soviético pode pagar. Além do mais, segundo a "Gazeta Literária", essas máquinas não funcionam satisfatoriamente. Assim, a casta privilegiada so-

viética prefere comprar os vídeo-cassetes no mercado-negro, onde custam cerca de 18,4 milhões.

Quem compõe essa casta? A elite dirigente soviética, setores da intelectualidade, tecnocratas, representantes oficiais do partido revisionista e alguns outros que são hoje os expropriadores da riqueza criada pela classe operária local. A corrupção que se manifesta nos meios culturais soviéticos é parte integrante da corrupção do Estado e da economia revisionistas, praticada pelos renegados do socialismo que dirigem a URSS. Os privilégios econômicos e a corrupção espiritual caminham de mãos dadas.



Célio “Objetivo dos criminosos é impedir o avanço da luta democrática”

Terroristas destróem carro de sindicalista

No último dia 20, por volta das 9 horas da noite, um bando terrorista auto-denominado “Comando de Caça aos Comunistas” destruiu parcialmente, em Belo Horizonte, a Caravan BK 7659, do presidente do Sindicato dos Médicos e membro da Executiva do PMDB mineiro, Célio de Castro. Entidades populares, democráticas e políticas exigem a apuração do crime.

Todos os vidros do carro foram quebrados, os pneus rasgados e a lataria riscada com a sigla “CCC”.

Em um só pneu havia 11 perfurações, demonstrando, na opinião da vítima, “reiquintes de grande fúria”. Segundo a Polícia Técnica, a operação foi planejada e executada por pelo menos quatro pessoas, além de uma equipe que, por alguns instantes, bloqueou o trânsito na área. O carro estava na principal avenida da cidade, a Afonso Pena. Na manhã seguinte, as ruas de alguns bairros foram pixadas com as inscrições “O CCC ataca de novo”.

Desde 25 de abril Célio de Castro e cerca de 20 ativistas de organizações democráticas e populares, além da sucursal e dos colaboradores da Tribuna Operária em Belo Horizonte, vêm recebendo cartas e telefonemas com ameaças de violência e até de morte. Dentre os ameaçados estão a presidenta da Federação das Associações de Moradores da capital, Dalva Rodrigues; a coordenadora do Movimento Popular da Mulher e membro do Conselho Estadual da Mulher, Jô Moraes; o vereador Francisco Luciano, do PMDB; e até o secretário municipal de Saúde, José Borges.

Laudo sobre o incêndio na T O protege o terror

Depois de uma longa espera, conseguimos finalmente o laudo policial sobre o incêndio terrorista da Tribuna Operária em 22 de abril. Para nossa surpresa, são dois laudos. Um sobre o incêndio, curiosamente datado de 21 de abril - um dia antes do acontecimento, portanto. O outro tem acintosamente como objetivo apurar suspeita de material subversivo.

O laudo sobre o incêndio, com 15 páginas, começa dizendo que o prédio era da “gráfica Anita Garibaldi”, o que não é verdade, e que ali se “efetuavam os trabalhos de reportagem e composição do jornal Tribuna Operária, além de folhetos, cartazes, etc.”, o que também não é verdade. A Editora Anita Garibaldi não tem nenhuma gráfica, os trabalhos de composição do jornal são feitos numa gráfica no bairro de Pinheiros; e no prédio da Tribuna Operária jamais foi feito algum cartaz ou folheto. Além disto, nas fotos para identificar as causas do sinistro, nas páginas 14 e 15 (foto 10 e 11) consta a legenda “cartazes com inscrições do PC do Brasil”. Será que isto ajuda a localizar os criminosos? Sintomaticamente no item b, do laudo, está assinalado que o local “já fora anteriormente vasculhado por elementos da Polícia Federal”. Por fim, sumariamente, a perícia conclui que o incêndio foi premeditado. Não diz nada sobre qualquer suspeito e nem mesmo localiza como começou a combustão.

COMPLETANDO A FARSA

Já a pesquisa sobre o material subversivo é mais suculenta. Tem 27 páginas e é datada do dia 22. Logo no hall de entrada, a polícia flagrou um banco encimado por “livros de cunho político e decalques com os dizeres Diretas-Já, Fora Figueiredo”. Todas as pessoas que já entraram na sede da Tribuna Operária sabem que nós apoiamos inteiramente a palavra de ordem “Fora

IMPEDIR A DEMOCRACIA

“Impedir o avanço da luta democrática, fragmentar a frente única e desestabilizar o governo estadual” são, na opinião de Célio, os objetivos dos terroristas. “Estas ações são praticadas por grupos que têm total cobertura das áreas de segurança, contam com a impunidade”, disse.

Dezenas de telegramas, telefonemas e cartas estão sendo enviadas ao governador Tancredo Neves e ao próprio Célio, expressando solidariedade e exigindo a punição dos criminosos. Cerca de 80 entidades sindicais emitiram nota conjunta sobre o assunto, e um ato de solidariedade a Célio de Castro e repúdio ao terrorismo foi realizado, dia 29.

O ex-deputado constituinte de 1946, João Amazonas, enviou telegrama de solidariedade ao presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte. A Agência de Correios barrou o telegrama por quase uma hora, e ainda exigiu a apresentação da Carteira de Identidade de quem o transmitia. A funcionária da Empresa de Correios tentou justificar esse arbítrio alegando que o telegrama qualificava de “fascista” o atentado ocorrido na capital mineira.

Figueiredo, Diretas-Já”. Mas todas, sem exceção, terão que confessar que jamais viram qualquer decalque colado nas paredes.

Depois deste esforço de transformar banco em agente da subversão, o laudo descobre um arquivo e pinça os seguintes títulos: “quebra de trens, greves metalúrgicas, violências policiais” e outros. Todos obrigatórios em qualquer arquivo de qualquer jornal do Brasil. Pena que o laudo não viu também que uma boa parte do arquivo estava estranhamente vazia. Era o lugar das 8.500 fotos que foram furtadas neste período em que a Polícia Federal vasculhava o prédio.

Para completar a farsa, na semana passada, sob o pretexto de uma gráfica invadida no Rio de Janeiro pela repressão, com a qual a Editora Anita Garibaldi e a Tribuna Operária não têm qualquer relação, os jornalistas da TO, Rogério Lustosa, Bernardo Joffily e Pedro de Oliveira, além de João Amazonas, responsável pela revista Princípios, foram chamados à Polícia Federal, para sofrerem provocações e ainda serem indiciados num processo sob a acusação de colocarem em atividade o PC do Brasil!!!

Pode ser que o incêndio, os laudos ridículos examinados acima, e o absurdo processo contra os jornalistas da Tribuna Operária não tenham uma ligação direta entre si. Mas é impossível negar que fazem parte do esforço das forças mais reacionárias do país para sabotar e destruir esta voz operária que grita por liberdade e por diretas já. (Rogério Lustosa)

Numa atitude afrontosa ao povo brasileiro e ao Congresso Nacional, o general Figueiredo retirou de tramitação a proposta de emenda constitucional do governo, numa desesperada manobra para impedir a aprovação das diretas-já. O planalto percebeu que as oposições aliadas aos dissidentes do PDS conseguiriam aprovar as diretas-já.

Durante toda a quarta-feira, os líderes do PDS, Nilson Marchezan e Aloísio Chaves, tentaram arrancar da oposição um compromisso de não insistirem na votação das diretas-já em separado, numa atitude cínica e insólita. “O PDS queria que nós abdicássemos de um legítimo direito regimental. Isso foi um verdadeiro absurdo, inaceitável. As oposições utilizariam todos os instrumentos possíveis para tentar aprovar as diretas já”, explicou o líder do PMDB, deputado Freitas Nobre.

Acuado, sem controle de seu próprio partido e pressionado pelos malufistas, o governo preferiu, mais uma vez, trair o povo e a nação e retirar a sua emenda. O general Figueiredo cometeu o absurdo de justificar sua atitude acusando a oposição: “Os apologistas da eleição direta, ignorando os propósitos da emenda, dela querem se aproveitar para a implantação imediata desse tipo de eleição. Não posso permitir esse desvio clamoroso dos objetivos do projeto”.

A luta pela conquista das eleições diretas continua. Deve-se tentar agora a aprovação de uma outra emenda, de autoria do deputado Ayrton Sandoval. Além disso começa a haver um consenso entre as oposições sobre a necessidade de lançar um candidato único à presidência da República, ter um programa mínimo comum de governo e retomar a mobilização popular através da campanha deste candidato.

Os presidentes e líderes dos partidos de oposição divulgaram um manifesto, depois da retirada da emenda do governo, reiterando a disposição de continuar a luta. “Continuaremos lutando, em quaisquer circunstâncias, para conquistar a democracia e estamos certos de que, apoiados na sociedade, os partidos de oposição e os setores democráticos do PDS, conquistaremos em breve a vitória almejada”, afirma o final do manifesto.

O deputado Francisco Pinto, comentando a retirada da emenda, afirmou: “Um governo que não sabe fazer o jogo democrático, viciado pelas drogas do AI-5, se tumultua quando sente que perde mesmo na sua última fortaleza, que era o Congresso Nacional. Agora cabe às oposições tomarem as iniciativas e num grande debate com todas as forças populares e democráticas organizadas adotar uma posição capaz de derrotar o governo e o sistema.

A divisão no seio do PDS se aprofundou, as oposições fortaleceram sua unidade e o governo e o regime ampliaram seu desgaste moral e político. O deputado Vilmar Pallis, do pró-diretas do PDS, protestou veementemente contra a atitude do governo. “O Congresso não pode continuar sendo oprimido dessa maneira pelo Executivo. A abrupta retirada da emenda pelo governo representa uma afronta ao povo e ao Congresso. Nós vamos continuar a luta porque temos convicção de que só as eleições diretas tirarão o país do caos”.

O deputado João Gilberto, um dos principais articuladores da estratégia para a aprovação das diretas-já, admitia a chance de se conseguir votar uma nova emenda em agosto: “Com a perspectiva dessa nova votação a campanha das diretas tende a se reacender. Devemos persistir na luta até esgotarmos o último recurso. Só depois disso é que podemos decidir outras hipóteses”.

Figueiredo abre seu jogo de inimigo das diretas



Os líderes dos partidos políticos no Congresso: atônitos com a truculência do general Figueiredo

Retirada da emenda mostra agonia do governo

A nação assistiu, perplexa e estarrecida, ao degradante espetáculo encenado pelo regime militar para manter-se no poder. A retirada da emenda Figueiredo, ante a iminência da aprovação das diretas-já, mostra a agonia de um regime que vê aproximar-se o seu fim e apela para os meios mais grotescos para evitar que isso ocorra.

Os episódios da semana passada salientam com nitidez como as situações se alteram no quadro de uma realidade em rápida mutação. A marcha da sociedade brasileira rumo à democracia vai ganhando tal vigor que obstáculos dados como intransponíveis acabam sendo superados e as armas criadas pela ditadura ou são desativadas ou voltam-se contra ela.

Sabia-se que o governo era imbatível no Congresso, pela força do poder absoluto que detinha no Senado Federal. E, de repente, nem com o Senado o governo pôde mais contar. A antes inexpugnável cidadela do regime caíra como um castelo de cartas. Já não era mais confiável.

O próprio regimento do Congresso é um instrumento destinado a amparar e guarnecer a vontade ditatorial. Não é democrático. Pelo contrário, é nitidamente autoritário. E, de repente, também o regimento já não serve como empecilho e o seu uso poderia levar a uma grave derrota do governo.

Vendo seu barco cada vez fazendo mais água, o gover-



OPINIÃO PARLAMENTAR
Haroldo Lima
Vice-líder do PMDB
na Câmara Federal

no, aturdido, descobriu que a sua emenda também poderia voltar-se contra ele e as diretas-já serem aprovadas a partir dela mesma. Como ensina a dialética materialista, em condições determinadas uma coisa acaba se transformando no seu contrário. A emenda, que foi editada para barrar e atropelar as diretas-já, acabou se transformando na fórmula mais rápida e viável de chegar às diretas. Assim, ela precisou ser retirada para o governo mais uma vez impedir as diretas-já.

Governo aturdido vê seu barco fazendo cada vez mais água

Comenta-se que o governo Figueiredo teria resistido a fazer este papel de palhaço, mas sem se dar conta que no circo armado para garantir o continuismo do

regime a peça encenada é uma palhaçada de baixo nível, em que ele é o chefe do picadeiro. No curso dessa comédia, o ridículo acontece: o governo, aflito, pede às oposições que não usem as possibilidades regimentais disponíveis para conquistar as diretas-já, porque isso poderia derrotá-lo! Ou seja, pede à oposição que deixe de ser oposição.

DECOMPOSIÇÃO DO REGIME

Com a retirada da emenda o governo se desmascara completamente. Mostra mais uma vez a sua verdadeira face. O governo não quer entregar o poder e para isso utiliza todos os artifícios, por mais grotescos que sejam. Agora, a questão do poder político está posta: as oposições conseguirão a curto prazo uma coligação de forças capaz de chegar ao poder? Ou o continuismo prevalecerá, com o fascista e corrupto Maluf na cabeça?

No quadro de decrepitude e decomposição do regime, as oposições têm plenas condições de chegar ao poder, porém iniciativas concretas precisam ser urgentemente tomadas. Em primeiro lugar impõe-se persistir sem vacilações na busca do objetivo central que mobiliza milhões: as diretas-já. É vital também o lançamento de um candidato único oposicionista à Presidência da República. Um candidato que derrote o governo leve ao fim do regime militar, e promova as transformações reclamadas pela nação. Para que isto ocorra é preciso que este candidato surja no bojo de um amplo processo de mobilização popular, onde todas as forças democráticas sejam consultadas. Agora, mais do que nunca, cresce em importância a proposta de realização de um encontro nacional de todas as forças populares e democráticas para discutir e definir um programa mínimo de governo e o nome capaz de executá-lo.

O candidato surgiu nesse amplo fórum e comprometido com um programa mínimo que leve à ampliação e preservação das garantias democráticas terá o apoio do conjunto da nação. A retomada da mobilização popular para pôr fim ao regime militar é o caminho que precisa ser trilhado. Uma ampla e vigorosa campanha de massas levará certamente ao fim do regime, através de todas as batalhas que forem necessárias. As oposições e o movimento popular e democrático devem continuar a luta por todos os campos, mobilizar o povo e buscar as saídas políticas.



Figueiredo: chefe do atestado no circo do continuismo

A volta dos grandes comícios

O povo mobilizado é um personagem que veio para ficar no cenário político brasileiro — foi o que se evidenciou em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo convocados às pressas, em condições precárias, num clima de improvisação e incerteza, os comícios da semana atraíram multidões enormes. E recolocaram a luta pelas diretas no lugar de onde nunca deveria ter saído — nas praças públicas.

Se há nas chamadas elites quem acredite que o povo não sabe fazer política, as manifestações apresentaram mais alguns desmentidos contundentes. Em São Paulo, por exemplo, a certa altura, o excelente Osmar Santos, que animava o comício, iniciou uma brincadeira com o público: bradava ao microfone “um, dois, três...”, e o povão gritava em resposta o nome do inimigo que gostaria de ver no xadrez. Na primeira frase, não houve novidade: “Um, dois, três, Maluf no xadrez!” — gritaram todos, apontando o “presidenciável” que desponta como perigo principal nas preferências do prostituído agrupamento governista. Porém logo na segunda frase colocava-se o problema de quem “proclamar”. Delfim, talvez? Andreazza? Seria gastar boa cera com mau defunto, julgou a intuição popular, que apontou logo o padrinho de Andreazza, o representante maior do regime na atualidade, um retumbante “Um, dois, três, Figueiredo no xadrez!”

Com essa disposição, as massas do povo trabalhador mostram-se decididas a não evacuar mais as praças públicas. Hoje, unem-se em torno das diretas-já; amanhã, empunharão bandeiras mais avançadas, até alcançarem soluções de fundo para os grandes problemas nacionais. De qualquer forma, pegaram gosto pela manifestação livre e aberta de sua vontade; não vão tolerar mais uma volta à velha política feita pelas suas costas.

São Paulo

“Para quem já viu comício com mais de 1 milhão de pessoas, tem pouca gente aqui na Sé. Mesmo assim está claro que o povo quer diretas. Era só convocar melhor, que tinha mais gente. Ninguém desistiu”. O comentário, de um ferroviário, exemplifica como pensam centenas de milhares de pessoas que foram ao comício pelas diretas em São Paulo, dia 26.

O mesmo operário argumentava: “Essa manifestação é importante para mostrar para o governo que o povo não é cordeiro. Infelizmente teve gente da oposição que acreditou na conversa fiada do governo. Não podemos desistir das diretas, principalmente agora que o PDS é uma briga só”.

“Uma pena que não tenham ocorrido outros comícios”, concorda um metalúrgico da Villares de São Caetano: “mas o importante é insistir. Se não sair por bem, vamos ter que conquistar na marra.”

Este mesmo sentimento, visível no público que encheu novamente a Praça da Sé, encontrou eco no palanque, entre os oradores mais sensíveis e dotados de senso autocrítico. Márcio Thomás Bastos, presidente da OAB em São Paulo, foi direto ao assunto: “Confesso que devíamos ter feito um comício como este, que congrega milhares de pessoas na Praça da Sé, no dia seguinte à votação do 25 de Abril. Sabemos que só vamos derrubar este governo com o povo na rua. Estamos de volta numa mobilização que não devíamos ter parado”.

O próprio Lula, presidente nacional do PT, proclamou ao microfone que “o povo não deveria ter deixado a praça, porque é a única arma que tem para conseguir as diretas”. Não ficou claro se ele estendia esta crítica a seu partido e a ele próprio, que fora do microfone reconheceu não terem feito muito para convocar o comício. Mas Almino Afonso, secretário de Assuntos Metropolitanos de São Paulo, considerado um dos que mais se empenharam no comício de 26 de junho, manifestou para a **Tribuna Operária** uma opinião mais explícita: “Este é um problema complexo”, disse Almino, “que diz respeito a todas as oposições, ao PMDB, ao PDT, ao PT, à sociedade civil, é um problema coletivo”.

Marbas Vasconcelos, presidente da Comissão Mista do Congresso que examinou a emenda Figueiredo, bateu também na tecla de que a mobilização não deveria ter parado: “Acho que o melhor, o mais produtivo, teria sido realizar estes comícios antes”.

PALAVRA MAIS ABERTA
Um aspecto positivo do ato público de 26 de junho, que não se verificara nas manifestações anteriores pelas diretas, foi a franquia do microfone aos partidos ainda privados pelo arbítrio do direito à vida legal. Rogério Lustosa, orador da Comissão pela Legalidade do PC do B, assinalou: “Manifestamos aqui nosso sentimento unitário, junto com todos os democratas, junto com todos os trabalhadores, pelas diretas-já e pela liberdade. O Partido Comunista do Brasil considera que só o socialismo resolverá os graves problemas do país. Neste momento, no entanto, considera que a batalha é pela democracia, é pelas diretas-já, para abrir caminho para os passos futuros

que certamente o povo empreenderá”.

As discriminações, contudo, não cessaram de todo. Uma constrangedora pressão foi exercida no sentido de que a Comissão pela Legalidade do PC do B não escolhesse João Amazonas para falar no comício. E outra injustificável pressão terminou por impedir também os discursos da UNE e da UBES, entidades máximas dos estudantes brasileiros, partindo de argumentos rigorosamente alheios aos que devem pautar uma frente democrática e suprapartidária.

O comício de São Paulo sofreu também o impacto da informação, vinda de Brasília, de que o general Figueiredo poderia a qualquer momento retirar sua emenda da tramitação no Congresso Nacional, para evitar uma possível vitória das diretas-já. Anunciada ao microfone, a notícia despertou mais uma forte vaia do público, seguida de um sonoro palavrão. (colaboraram Myriam Caseiro, Altamiro Borges, Domingos Abreu, B. Joffily)

Rio

Quarta-feira, no Rio de Janeiro, cerca de 200 mil pessoas participaram da passeata que percorreu a Avenida Rio Branco, da Candelária até a Cinelândia, onde a manifestação encerrou-se com um comício pelas diretas-já. A tônica dos pronunciamentos foi a denúncia das manobras do governo e a reafirmação de que a luta pelo fim do regime prosseguirá.

A passeata partiu da Candelária às 18 horas, puxada pelos governadores José Richa, Franco Montoro e Leonel Brizola, que carregavam uma faixa com os dizeres “Diretas-já para mudar”. Vários setores populares participaram organizadamente do cortejo, que teve uma marca menos espontânea que as manifestações anteriores na capital fluminense.

As categorias em processo de mobilização tiveram presença mais destacada. Estudantes, professores e funcionários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro vieram em grandes caravanas. Várias faixas assinalavam o comparecimento de universidades ou faculdades em greve. Uma grande delegação, representando os rodoviários desempregados, distribuiu uma carta aberta ao público presente, onde reivindicava diretas-já e empregos.

ACINTE IRRESPONSÁVEL

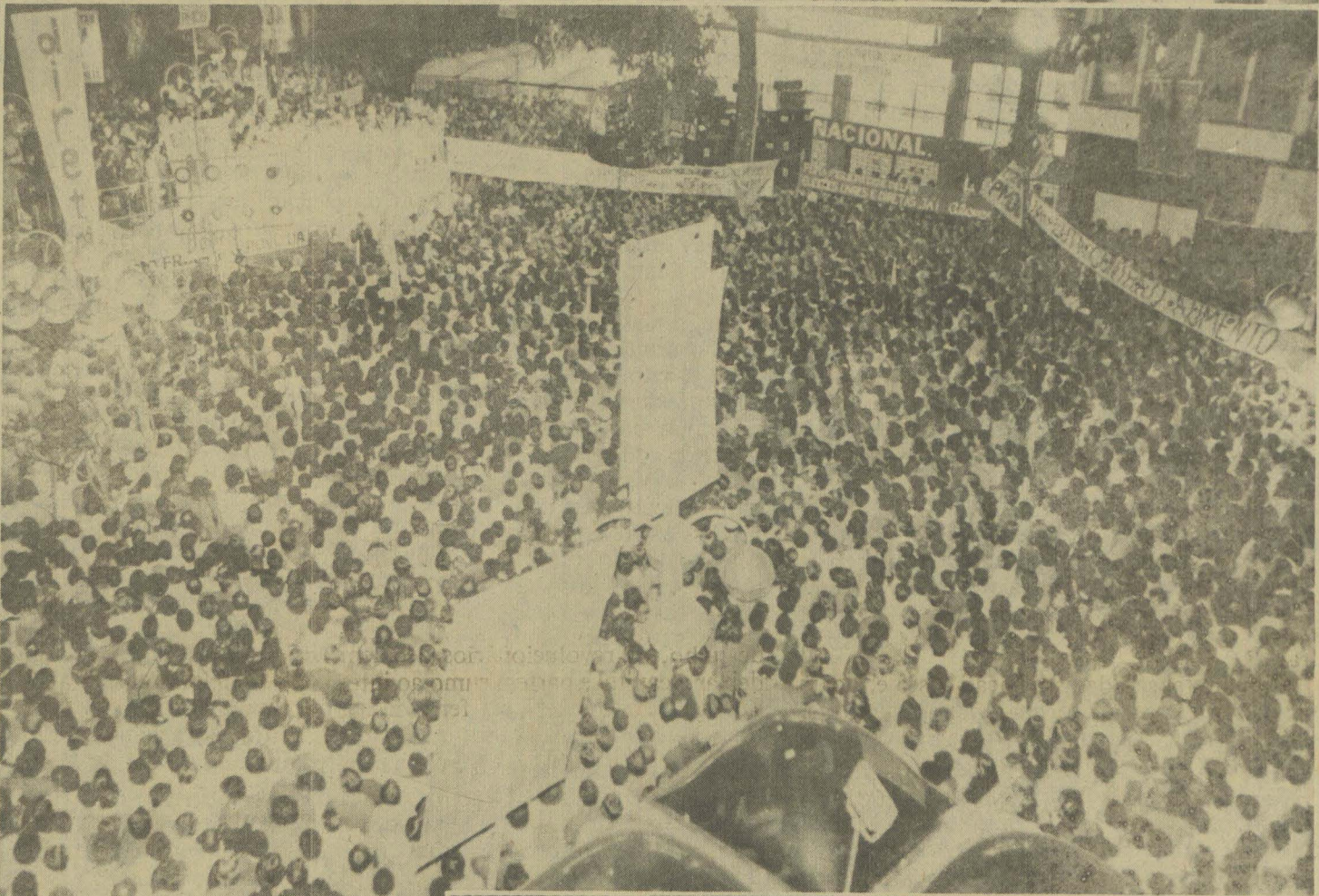
Depois que a passeata chegou à Cinelândia o comício foi aberto pela cantora Vanderlêia com a execução do Hino Nacional.

Em seguida discursaram o advogado Sobral Pinto, os governadores e os presidentes nacionais dos partidos de oposição. A maior parte dos pronunciamentos sublinhou a necessidade de manter as oposições e os setores democráticos unidos e deteve-se na denúncia da ameaça, já presente, embora ainda não formalizada, de retirada da emenda por Figueiredo.

O governador Leonel Brizola, num longo discurso, explicou detalhadamente a estratégia da oposição na batalha parlamentar em curso e o impasse criado em torno da emenda Figueiredo. Tachou de “um acinte” e de “irresponsável” a ameaça de retirar a emenda. O governador afirmou que se isso viesse a acontecer — como aconteceria de fato, horas depois — a po-



Foto L. Carlos Leite



Acima, São Paulo quer xadrez para Maluf e, em seguida, Figueiredo; abaixo, a passeata gigante dos cariocas; no centro, a Boca Maldita lotada pelos curitibanos

pulação do Rio responderia com novas e maiores manifestações.

AMAZONAS APLAUDIDO

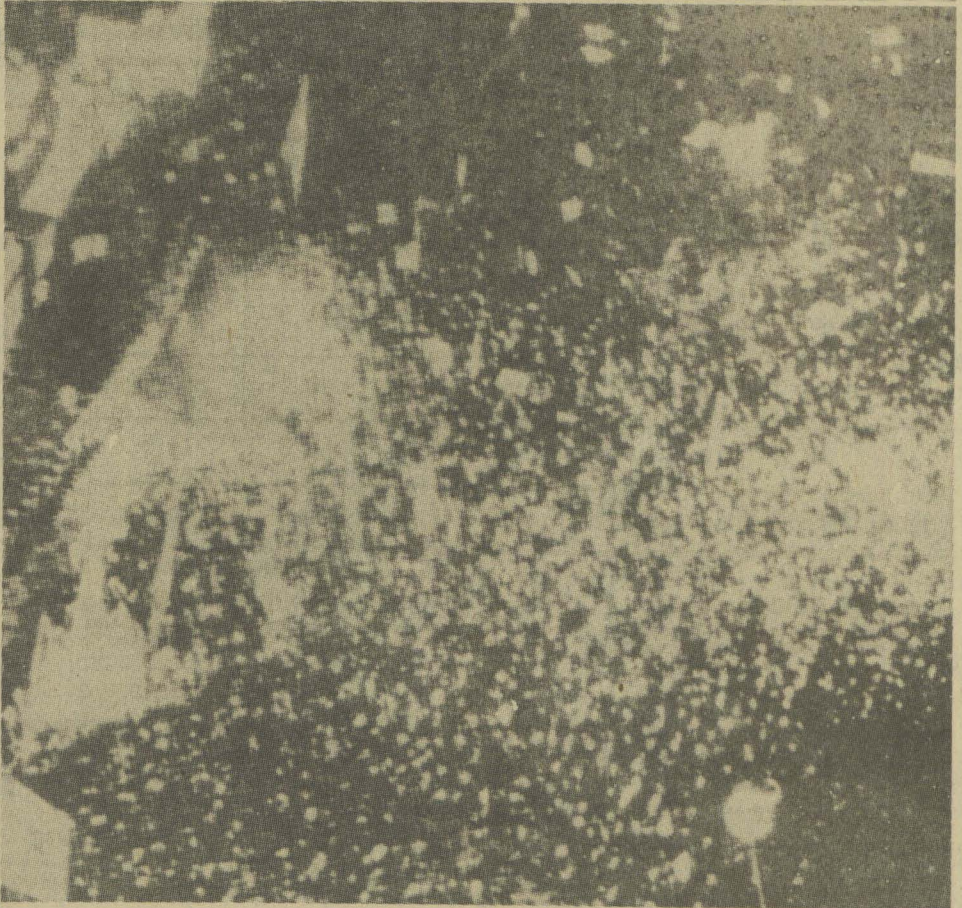
Os pronunciamentos dos partidos não legalizados, assim como dos sindicatos e entidades populares em geral, acabaram prejudicados pois ficaram para o final do comício. O dirigente comunista João Amazonas voltou então a se dirigir em praça pública ao povo carioca, quase 40 anos depois de ter sido eleito pela então capital da República para a Assembléia Nacional Constituinte de 1945, pela legenda do Partido Comunista do Brasil. Muito aplaudido no seu discurso, Amazonas lembrou que estavam sendo travadas naquele momento duas lutas muito importantes — uma no Congresso Nacional e outra nas ruas e praças públicas de todo o país. “Nestas lutas contra a reação e o regime militar”, ressaltou, “o povo é a força decisiva”. (da sucursal)

Curitiba

Curitiba, que iniciou a campanha pelas diretas no dia 12 de janeiro, repetiu a dose no comício de 25 de junho: 50 mil pessoas tomaram a Boca Maldita, expandiram-se pela Rua 15, avançaram pela Voluntários da Pátria, comprimiram-se para enxergar o palanque e gritar em coro “Diretas-já!”, junto com o refrão sonoro: “Um, dois, três, Maluf no xadrez!”.

No palco havia políticos de todas as correntes de oposição, artistas, jornalistas e muitos curiosos bem relacionados. Nos discursos havia a mesma esperança democrática, como se Teotônio Vilela regesse o grande oral. Diante de um povo tão disposto a mudar o regime, não houve quem tivesse a coragem de insinuar qualquer possibilidade de conciliação.

Mais importante que os discursos, que as canções, foi o espetáculo de civismo da massa popular, demonstran-



do sua força unitária conquistada em torno de uma idéia. Apenas a polícia, para lembrar o arbítrio, rasgou faixas do PC do B e de outras organizações, e empurrou manifestantes, reproduzindo as cenas truculentas que o povo, na praça, quer superar.

A manifestação foi das 16 às 22 horas. A princípio, uma tribuna livre permitiu a palavra a representantes de entidades populares, vereadores do PMDB e um do PDS, Algaci Túlio. No horário oficial, a partir das 18 horas, falaram os senadores, dirigentes partidários e governadores — estavam presentes José Richa, Franco Montoro, Leonel Brizola, Iris Resende e Wilson Martins.

BOA MEMÓRIA

Para os oradores arrancarem aplausos, bastava dizerem não ao regime e sim à democracia. Mas o público estava atento. Quando Dina Sfat pronunciou o nome de cada um dos deputados federais paranaenses que ajuda-

ram a derrotar a emenda das diretas em abril, provocou certamente a maior vaia que esses políticos já receberam em praça pública. Foi um sinal de que a memória popular não é curta: provocada, responde à altura.

O deputado federal Aurélio Peres (PMDB-SP), que falou indicado pela Comissão pela Legalidade do PC do Brasil, destacou a importância da campanha pró-diretas para o movimento operário. Para o deputado operário, a campanha significa a plena rejeição do povo ao regime. E o lançamento de um candidato único é salutar, já que viabiliza a proposta das oposições de conquistar a Presidência da República.

Maurício Fruet, prefeito de Curitiba, era das pessoas mais satisfeitas no palanque. “Mais importante que administrar uma cidade, pensá-la fisicamente, é ser representante de um povo com este grau de consciência e mobilização”, afirmou, numa justa homenagem ao povo em luta. (da sucursal).

LIÇÕES DA LUTA
OPERÁRIA

Uma disputa
pela unidade

Nesta semana, com a realização das eleições, a disputa entre as duas chapas para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo atingirá o auge. É natural que cada metalúrgico vista a camisa de sua chapa preferida e entre na campanha com todo o vigor. Mas desde já, e particularmente na hora em que se encerrar o pleito, é da mais alta importância que cada um se lembre que antes de tudo é operário. Ao entrar na fábrica, veste o macacão de trabalho e, sem nenhuma distinção, integra o grande exército dos despossuídos, dos que vivem da venda de sua força de trabalho, dos que são impiedosamente explorados para produzir enormes riquezas e lucros fabulosos para a burguesia.

MOMENTO DO DEBATE

A eleição sindical é um momento especial, no qual se discutem e se escolhem um programa e uma diretoria para o sindicato. Admite-se que no calor destes debates as vozes se elevem. Entretanto a defesa acirrada de uma chapa não pode fugir ao esforço geral para fortalecer a entidade. O objetivo de uma campanha enérgica, disputada palmo a palmo, só é compreensível pelo empenho entusiástico para dar ao sindicato uma orientação que melhor atenda aos interesses da categoria e da classe operária em geral. O objetivo não é jogar operários contra operários. Pelo contrário, é uni-los mais ainda, em torno da nova diretoria, para que tenham mais capacidade de combate ao enfrentar os patrões e o governo.

DEFESA DO SINDICATO

Já no século passado, Marx assinalava que “a grande indústria concentra num único local uma multidão de pessoas, desconhecidas umas das outras. A concorrência divide os seus interesses. Mas a defesa do salário, este interesse comum que elas têm contra o patrão, une-as no mesmo pensamento de resistência, de coalizão... As coalizões, inicialmente isoladas, constituem-se em grupos e, face ao capital sempre unido, a manutenção da associação torna-se mais importante que a própria defesa do salário... Nesta luta - verdadeira guerra civil -, reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para a batalha futura...”

A manutenção da associação - isto é, do sindicato - chega a tornar-se mais importante do que a defesa do salário, diz Marx. De fato, numa outra batalha, pode acontecer que não seja possível arrancar uma conquista salarial dos patrões. mas é indispensável garantir o funcionamento da entidade, arma preciosa para mil outros confrontos.

Desta forma, são inadmissíveis numa campanha eleitoral para sindicato o uso da violência física e a prática dos ataques de caráter pessoal, que só podem deixar cicatrizes na própria unidade operária. Este procedimento favorece a divisão entre os trabalhadores e interessa unicamente à burguesia.

JUNTOS CONTRA O PATRÃO

Aqui mesmo, nas páginas da **Tribuna Operária**, não poupamos críticas às concepções que consideramos equivocadas e nocivas aos metalúrgicos. Mas este chumbo grosso mantém-se no terreno do debate político, dos argumentos, para ajudar a categoria a escolher com maior consciência a sua futura diretoria. Somos intransigentemente pela unidade.

Condenamos as atitudes que visam à divisão. E apelamos aos eleitores das duas chapas para que, ao encerrar o pleito, unam-se em defesa da classe operária e do Sindicato. Acatem unitariamente a decisão da maioria e, juntos, concentrem energias contra a exploração, contra o arrocho, pela liberdade e pelo progresso social.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Nós e os juros

Vejam como são os banqueiros. Enquanto os governos mais endividados da América Latina pediam educadamente uma baixa nos juros internacionais... Os banqueiros - pimba! - *aumentaram* os juros, em mais 0,5%.

Ninguém pense que isso é pouco; para o Brasil é um prejuízo anual de 400 milhões de dólares, igual a quase 7 milhões de salários-mínimos!

O aumento não foi propriamente uma novidade. Na semana passada, nesta mesma página, a *Tribuna Operária* mostrava por que os juros tendem a subir. Também na Secretaria do Planejamento, onde pontifica o sr. Delfim Netto, não houve surpresa. É isso mesmo, disseram os assessores de Delfim, agregando que “ninguém sabe” se a taxa de juros vai chegar aos 15%. Acontece que, mesmo sem chegar, o prejuízo já *causado* ao Brasil este ano com a alta dos juros de 11% para 13% irá para mais de 1,5 bilhões de dólares. E isso já não é mais agiotagem. É assalto a mão armada.

Os senhores da Seplan insistem que só resta ao Brasil continuar pagando, sem rugir nem mugir. E rezar para os juros baixarem, embora tudo indique o contrário. O Brasil, porém, tem outra opinião: diretas-já e suspensão do pagamento da dívida já, por exemplo.

5 de julho de 24: tenentes
rebelados tomam São Paulo

Na década de 1920, o *movimento tenentista* marcou a vida política do Brasil com uma série de motins militares contra os governos oligárquicos estaduais e o governo federal. O mais importante destes levantes ocorreu em São Paulo, a 5 de julho de 1924 - há 60 anos portanto -, tendo inclusive a capital caído nas mãos dos rebeldes.

O Segundo 5 de Julho - como ficou conhecido, pois sua data foi escolhida em homenagem ao levante dos 18 do Forte - foi mais articulado que o movimento de 1922. Desde 1923, um grupo de oficiais e alguns civis conspirava contra o governo de Artur Bernardes. Tinham apoio de antigas dissidências republicanas, como o senador Nilo Peçanha, que em 1921 encabeçara a Reação Republicana, em oposição a Artur Bernardes, candidato oficial nas eleições presidenciais daquele ano.

Embora com ramificações por todo o país, a conspiração concentrava-se em São Paulo, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo major Miguel Costa, com o apoio da Força Pública Estadual.

140 BOMBAS POR HORA

Na madrugada de 5 de julho, os revoltosos tomaram São Paulo. Três dias depois, o governador Carlos de Campos fugiu da capital. Enquanto isto o governo federal, tomado de surpresa, mobilizou suas forças - 14 mil soldados contra 3.500 sublevados - e bombardeou a cidade às cegas, usando canhões e tanques de guerra. Segundo a *História do Exército Brasileiro*, uma publicação oficial, as bombas foram despejadas contra São Paulo ao ritmo de 140 tiros de artilharia por hora, dirigidos indistintamente contra objetivos militares e civis.

Apesar dos preparativos em outros Estados, os paulistas viram-se isolados frente às forças federais, pois os outros movimentos foram pequenos e pouco expressivos. Por isto, em fins de julho, os revolucionários decidem deixar a capital e partem rumo ao interior do Estado. Vão pela ferrovia até Bauru onde se dividem: a Coluna Paulista segue para o Sul e a outra parte fixa-se em Catanduba, onde resiste até janeiro de 1925.

A Coluna Paulista também se subdivide: alguns se refugiam na Bolívia, juntamente com o comandante-geral Isidoro Dias Lopes, e os remanescentes unem-se à coluna comandada pelo então capitão Luís Carlos Prestes, que se movia para o Norte, depois do fracasso da rebelião da unidade militar de Santo Antônio, no Rio Grande do Sul.

Houve pronunciamentos *tenentistas* em Mato Grosso, prontamente sufocados por tropas governistas; em Sergipe, onde os amotinados dominaram Aracaju de 13 de julho até 2 de agosto, sendo derrotados pelas tropas legalistas baianas ajudadas por jagunços mobilizados pelos coronéis do interior; no Pará; no Amazonas, onde os tenentes liderados por Ribeiro Júnior tomaram o poder e o mantiveram por um mês; e no Rio Grande do Sul, em 29 de outubro, de onde partiu a Coluna Prestes.

O fim da rebelião em São Paulo desencadeou uma onda de prisões arbitrárias - cerca de 10 mil pessoas foram encarceradas apenas na capital. Muitos presos foram enviados para Clevelandia, uma espécie de campo de concentração mantido pelo governo federal às margens do rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa.

Apesar de derrotado, o movimento de 5 de julho prosseguiu na chamada Coluna Prestes-Miguel Costa, que durante mais de dois anos percorreu 36 mil quilômetros através de 13 Estados brasileiros, até internar-se na Bolívia. (Carlos Henrique).



Os revoltosos ocuparam São Paulo durante todo o mês de julho

Vacilações da burguesia:
com as elites contra o povo

De 1922 a 1924, a crise econômica e social que se seguiu à Primeira Guerra Mundial atingiu seu ponto máximo. O custo de vida cresceu 236% entre 1914 e 1924 — um aumento inaudito para a época —, enquanto os salários cresceram apenas 211% no mesmo período. Ao mesmo tempo, a indústria sofria uma desaceleração drástica: o índice de crescimento industrial, que havia atingido 303 em 1923 (em relação a 1914), caiu para 194 em 1924, uma queda de 36% em apenas um ano.

A crise atingia S. Paulo de forma aguda, já que era o Estado mais industrializado. Aqui estavam concentrados, em 1920, um terço de toda a indústria brasileira — da produção, do capital investido, do número de estabelecimentos — e a terça parte da classe operária do país.

Nesse quadro, o movimento revolucionário dos “tenentes” cairia em um campo fértil, não fossem suas severas limitações ideológicas e classistas. O historiador Edgard Carone diz que o “*tenentismo* é um movimento de caráter conservador, reformista nos ideais, revolucionário na forma, e que não queria mudanças estruturais profundas”. Ele tem razão. Em todas as lutas que precederam a revolução de 1930, a força principal era a pequena burguesia urbana, apesar da participação de setores operários. A direção dessas lutas estava nas mãos de setores da burguesia e até de latifundiários em choque com o governo federal. Naquelas lutas vislumbra-se o movimento ainda confuso por transformações democrático-burguesas.

A burguesia brasileira, para reforçar suas posições e levar a cabo as transformações exigidas pelo desenvolvimento do capitalismo, teria de escolher aliados em que se apoiar. Toda revolução burguesa desencadeia dois tipos de luta — a

propriamente burguesa, cujos limites são jurídicos e políticos, e a revolução popular que, em dado nível de desenvolvimento, pode transformar-se em revolução proletária e conduzir a formas superiores de organização social, superando os estreitos limites da organização burguesa da sociedade. Em nosso país, a burguesia, devido à sua própria história e devido também ao agitado movimento operário que havia já nas primeiras décadas do século, preferiu aliar-se aos setores oligárquicos dissidentes, contra a classe operária, evitando levar seu projeto de democratização e de reformas capitalistas até as últimas consequências.

Na revolução paulista de 1924, essa tática da burguesia aparece claramente em vários episódios. O mesmo aconteceria depois, em 1930.

Convocação da
Constituinte
"quando o
governo quiser"

Em primeiro lugar, nos objetivos do movimento. Segundo Isidoro, a luta era inevitável, pois o Brasil estava quase falido, e não podia pagar os juros de sua dívida externa; as classes remediadas e pobres viam-se ameaçadas pela miséria e pela fome, em decorrência da “artificial e criminosa carestia de vida”; os deputados, senadores, presidentes estaduais e da República eram “designados ou nomeados à revelia da nação por verdadeiros trustes da rendosa indústria política”. O movimento, segundo seu chefe, lutava também pela revogação da lei de imprensa, pelo ensino primário uniforme e obrigatório, pelo voto secreto, pelo fim da “degola” (isto é, a comissão de verificação de poderes do Congresso Nacional, que diplomava os eleitos e era, afinal, um grande instrumento para fraudar o resultado das eleições), e unidade da Justiça.

Em 17 de julho, Isidoro divulgou as condições para o fim da luta. Exigia a entrega imediata do Governo da União a um governo provisório composto de nomes de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários. Exemplo: “Dr. Wenceslau Brás”, e a convocação de uma Constituinte, assim que o governo “julgar oportuno”. O governo provisório devia ser formado por dois militares e dois elementos da burguesia.

Nas medidas práticas tomadas enquanto dominou a capital, o caráter liberal, moderado e reformista do movimento também se

revelou com nitidez. Isidoro, por exemplo, expropriou dinheiro e valores que pertenciam ao governo federal, mas não molestou os bancos, casas comerciais e a indústria paulista. Logo no início do movimento, advertiu duramente o povo contra os saques a estabelecimentos comerciais, mas não combateu a especulação de gêneros. Quando uma comissão de líderes operários pediu armas para lutar pela revolução, Isidoro a repeliu indignado, para não “desvirtuar” o caráter do movimento.

O temor antioperário era geral. Em meados de julho, o presidente da Associação Comercial de São Paulo dirigiu uma carta ao general-chefe das forças legalistas, manifestando suas preocupações — partilhadas, insinuava, por Isidoro — causadas pela “melindrosa situação em que se encontra o Estado”. “Os operários — dizia ele — agitam-se, e as aspirações bolchevistas manifestam-se abertamente — será mais tarde pelos sem-trabalho tentada com certeza a subversão da ordem social”. Isto é, temia que os desempregados e os operários tentassem radicalizar o movimento desencadeado pelos “tenentes”.

Heranças
atrasadas
deixadas pela
vacilação

Juarez Távora, que foi um dos chefes do levante juntamente com seu irmão Joaquim, confessou que temia pelas “últimas consequências da subversão social criada pelo predomínio do papulacho”, num livro que escreveu após o fim do levante. Da mesma forma, Nelson Tabajara de Oliveira, que participou da revolução, afirmou que ao comando revolucionário não interessava a presença de esquerdistas entre os combatentes, “mesmo que viessem reforçar a revolução até fazê-la vitoriosa”.

Ao movimento de 1924, e à Revolução de 1930, sobreviveram os enormes problemas vividos pelo povo brasileiro, muitos deles atenuados — é certo — depois que a série de governos oligárquicos da República Velha teve fim, com a Revolução de 1930. Mas a vacilação da burguesia e da pequena burguesia na luta pelas reformas da sociedade brasileira deixou intocada a estrutura de posse da terra, não democratizou o Estado e as estruturas políticas do país, não sacudiu a dominação imperialista, e permitiu a sobrevivência de classes e estruturas sociais que deram poderoso suporte aos setores mais tradicionais, que ainda hoje dominam a vida política brasileira.



Isidoro (ao centro): o povo poderia “desvirtuar” o movimento





Os moradores exigiam indenizações, mas receberam golpes de cassetete

Petrobrás causa nova tragédia na Vila Socó

No dia 20 de junho, os moradores da Vila Socó, em Cubatão, que escaparam com vida do incêndio em fevereiro, viveram uma nova tragédia. Fizeram uma manifestação exigindo uma maior indenização da Petrobrás por seus barracos, mas foram agredidos pela Tropa de Choque da PM, que fez 50 feridos, dezenas de intoxicados com gás lacrimogêneo e oito presos.

“A culpada por esta tragédia toda é a Petrobrás”, sentença o vereador Florivaldo Cajé, do PMDB, e presidente da Câmara de Cubatão, no litoral paulista. Ele explica por quê: “A culpada pelo incêndio e pelas mortes em fevereiro foi a Petrobrás. E é culpada agora pela mobilização e pela violência, porque fechou a porta às negociações”. Os moradores querem uma indenização em torno de Cr\$ 4 milhões, entretanto a estatal do petróleo ofereceu apenas Cr\$ 100 mil por cada cômodo de barraco. “Isto é uma ofensa”, acrescenta Florivaldo.

Diante da insensibilidade da direção da Petrobrás — que tem uma refinaria no município —, os favelados da Vila Socó interditaram a Avenida Bandeirantes, que passa em frente à favela. Foram feitas valetas e uma fogueira no meio da pista. Não tardou e apareceu a Tropa de Choque, a qual deu dez minutos para o povo desocupar a área. Em seguida investiu com toda a selvageria contra os pacíficos manifestantes.

“JOGARAM MUITAS BOMBAS”

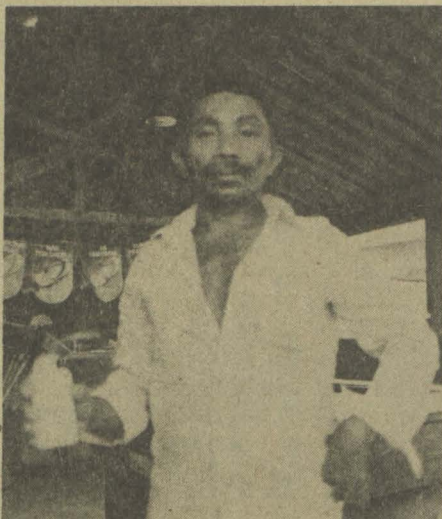
“Quem não correu apanhou”, relata José Silvino Irmão, dono do Bar do Fazendeiro, que fica em frente ao local onde houve a manifestação. Ele explica: “Na hora dos tiros, eu fechei a porta, mas a polícia arrombou”. Silvino, mais conhecido por *Fazendeiro*, recorda que os policiais soltaram várias bombas de gás lacrimogêneo dentro de seu armazém. Ele pega uma ainda intacta que sobrou do entrevero, e indaga: “Eu queria saber por que o governo está jogando estas bombas”.

Todos no Bar do Fazendeiro estão revoltados com a pancadaria gratuita. “Eu nunca vi uma coisa dessas”, reclama João Batista da Silva, que trabalha de segurança na Eletropaulo. Vanil Teixeira da Silva denuncia: “Tinha criança, mulher grávida. A esposa de um colega meu, grávida de oito meses, desmaiou. No meu barraco, jogaram muita bomba”.

Vila Socó é um exemplo trágico de como os tecnocratas e os representantes do governo federal tratam as desgraças que se abatem sobre o povo pobre. Há quatro meses, uma vazamento de gasolina nos dutos da Petrobrás que passam em frente à Vila — construída sobre estacas em um terreno alagadiço — causou um incêndio que destruiu mais da metade dos barracos. Até hoje o número de mortos é desconhecido. Varia de 93 à estimativa de 500. Os que ficaram vivos estão tentando receber uma indenização digna para mudarem-se daquele lugar perigoso, no entanto enfrentam o total descaso da empresa estatal.



Maria: sem dormir e com medo



Fazendeiro com a bomba na mão

As cicatrizes do incêndio estão bem abertas na favela. O mato já começa a tomar conta das manchas de terreno entre a água, ficando à mostra os restos da madeira calcinada dos antigos barracos. Muitos moradores ainda guardam na memória o trauma do terror da noite de 25 de fevereiro. O motorista desempregado, José Francisco dos Santos, perdeu um grande amigo no fogo e diz que “se não tomo remédio, eu bebo cerveja para poder esquecer”.

José Francisco, que tem dois filhos, está revoltado com o que acontece em Vila Socó: “Aqui tá muito ruim. Isto ainda está quieto porque o dr. Seixas pediu um pouco de paciência. O que ninguém aqui gostou foi do que eles (a PM) fizeram: bateram em crianças e mulheres” — denuncia o jovem pernambucano. Depois do incêndio, ele acabou com seu barzinho, desgostoso da vida. Mas ainda hoje guarda as seqüelas da tragédia: “E só eu ver uma explosão que fico congelado de medo, todo trêmulo”. O desejo de José Francisco é voltar para sua terra: “Eu só estou aqui porque não posso abandonar este barraco. Nós aqui temos os nossos direitos. Quero receber a indenização e ir embora pro Recife”.

“AQUI É MUITO PERIGOSO”

“Todo mundo quer sair daqui porque aqui é muito perigoso”, afirma Mário Nunes da Silva, que mora na Vila há cinco anos. Maria do Socorro dos Santos conta que sua casa começou a pegar fogo e os bombeiros chegaram a tempo. Ela se recorda daquela noite tenebrosa: “Só se ouvia gritos de socorro. Atrás de meu barraco tinha uma família de sete pessoas. Morreram todos”. Hoje o medo continua, porém ela não tem condições de mudar: “A gente não dorme direito porque de vez em quando aparece um cheiro de gasolina”, diz Maria.

As crianças não foram poupadas pelo incêndio nem pelos cassetetes da polícia e guardam na memória para o resto de suas vidas estes acontecimentos. Maria do Socorro, mãe de sete filhos, relata o caso de sua família: “Eu tenho um filho que até hoje está assustado. Ele sempre sai correndo quando ouve algum barulho de explosão”.

Paulo Roberto, apesar de ter apenas 15 anos, presenciou as duas tragédias: “Vários colegas meus morreram no incêndio”, recorda. Ele saiu abraçado com sua mãe e dois irmãos sem olhar para trás. No dia 20, estava junto com as pessoas que foram agredidas pela Tropa de Choque e só escapou da pancadaria porque se refugiou na casa de uma vizinha. Ele relembra: “No dia, a polícia espancou bem espancado”. (Domingos Abreu)

Canavieiros de Goiás conquistam direitos na greve

Após uma semana de greve, cerca de 5 mil bóias-frias do sudoeste goiano venceram a intransigência dos usineiros e fornecedores de cana e conseguiram o atendimento da maioria de suas reivindicações. A greve, encerrada dia 21, foi qualificada pelo Fetaeg como “a mobilização mais importante da história do movimento sindical rural de Goiás”.

Este movimento, pela sua amplitude e organização, confere importantes ensinamentos ao proletariado rural na luta contra a exploração capitalista.

Os canavieiros de Acreúna, Indidara, Jandaia e outros municípios fornecedores de mão-de-obra, decidiram retornar ao trabalho nas assembleias realizadas simultaneamente no dia 21, quando foram informados de que os arrogantes patrões tiveram de abaixar a cabeça e aceitar a maioria das suas reivindicações referentes a preço, transporte, carteira assinada, férias, 13º salário, comprovante diário de produção etc.

MOVIMENTO AMPLO

O movimento dos canavieiros foi amplo e contou com o apoio de importantes setores democráticos. Por isso, pela primeira vez numa greve de rurais em Goiás, não houve repressão policial. Houve casos, como em Acreúna, em que o delegado da cidade chegou a repreender de maneira enérgica um provocador que quase atropelou trabalhadores que faziam piquete. O juiz de Direito de Acreúna e o prefeito também tiveram boa posição com relação ao movimento grevista.

Amparo Sesil do Carmo, presidente da Fetaeg, salientou a importância da formação do comitê de apoio aos canavieiros constituído por entidades urbanas da capital: “A partir do momento em que reunimos as várias entidades para formar o comitê, houve uma interesse maior das autoridades para com o nosso movimento. Este interesse pode

ser observado também nos órgãos de comunicação, que passaram a divulgar com mais frequência a luta dos trabalhadores. Por último, deve ser ressaltada a disposição das entidades de criar um fundo de greve que seria para manter a luta dos trabalhadores”.

ORGANIZAÇÃO

O secretário da Contag, Jonas Pereira de Souza, acompanhou de perto a greve dos canavieiros e afirmou à *Tribuna Operária* que “um dos pontos mais importantes que se deve ressaltar do movimento vitorioso dos canavieiros é a confiança adquirida por eles em suas entidades, bem como o crescimento do nível de organização e mobilização dos trabalhadores”.

Os canavieiros paralisaram os seus municípios. Em Acreúna, tomaram conta da cidade. Ninguém entrava nem saía da cidade sem se identificar. O objetivo era impedir que trabalhadores fossem transportados para a usina e para os canaviais. Esta tática mostrou-se correta, conseguindo paralisar totalmente as atividades nos canaviais e nas usinas.

“Se no primeiro dia o pessoal já estava encorajado, no final da mobilização me parece que eles estavam com mais coragem ainda. Basta dizer que eu participei dos piquetes de dia e até altas horas da noite, e vi o pessoal enfrentar o sol, o sereno e o frio a noite inteira. Teve gente que não arredou o pé dos piquetes e ficou três dias sem nem ao menos ir em casa falar com a mulher”, afirmou o secretário da Contag. (da sucursal de Goiânia).



Assis Aderaldo (no centro) durante o Congresso, em Belo Horizonte

APPD-Nacional realiza o V Congresso em Minas

Profissionais de Processamento de Dados de todo o país realizaram em Belo Horizonte, de 21 a 24 de junho, o seu V Congresso Nacional. Na ordem do dia a criação de seu Sindicato, tema mais discutido. Assis Aderaldo, de São Paulo, eleito presidente nacional, conta para a *Tribuna Operária* como transcorreu o que ele chama “congresso da maioria”.

Os profissionais de processamento de dados estão organizados em 18 Estados, nas APPDs (Associação dos Profissionais de Processamento de Dados). Estas entidades, reunidas em torno da APPD-Nacional, têm organizado e encaminhado as lutas dos trabalhadores da área. Pela importância que tem tomado a informática, que hoje é responsável pelo funcionamento de setores vitais da economia, da produção industrial, do controle administrativo das grandes e médias empresas e dos órgãos da administração pública, dá para se ter uma idéia do que representa o avanço da organização destes trabalhadores.

O V Congresso Nacional representou um passo da maior relevância para esta organização. Até agora as APPDs foram sociedades civis, com estatutos próprios. Com a assinatura pelo ministro do Trabalho do nosso enquadramento sindical a coisa muda de figura. O Congresso discutiu exaustivamente como viabili-

zar o mais rápido possível a construção de nosso Sindicato, preservando a existência das APPDs como sociedades civis.

Foi aprovada a “Carta de Belo Horizonte”, onde os profissionais reafirmam sua posição de defesa da tecnologia nacional, apoiando a não participação das multinacionais na fabricação de pequenos e médios computadores. Foi tirado voto de repúdio ao senador Roberto Campos, que tende à “abertura dos portos” da informática aos oligopólios tipo IBM, etc.

Este foi também o Congresso da maioria política do movimento. As questões políticas gerais não chegaram a plenário, por questões organizativas do Congresso, embora tenha sido rica a discussão em sua comissão específica. Partimos agora para novas e importantes lutas, onde a categoria virá contribuir para as lutas gerais do povo e a unidade do movimento sindical brasileiro. (Assis Aderaldo)



Mutuários querem direito a moradia, sem especulação

Encontro nacional dos mutuários do BNH

Mutuários de 12 Estados reuniram-se de 21 a 24 de junho em Porto Alegre para debater as experiências de luta contra o BNH. O movimento já engloba mais de 60 mil famílias que entram na Justiça contra o Banco, e tende a se ampliar. Os participantes do Encontro conseguiram unificar ainda mais a luta contra a política habitacional do governo e os aumentos abusivos das prestações da casa própria.

No Encontro, decidiu-se que a luta vai continuar, principalmente com novas ações judiciais contra o novo aumento das prestações em julho que, segundo anúncios do governo, será de 190% Para Ronan Araújo,

da Associação dos Mutuários de Minas Gerais, o Encontro foi importante “porque saímos convencidos de que não podemos travar a luta apenas no campo jurídico pois, no fundo, o problema é político. Só com a mudança do regime e de sua política habitacional, teremos uma solução que garanta moradia ao povo brasileiro”.

Os mutuários estudarão o envio de um projeto de lei ao Congresso visando a alterar a política habitacional do governo. O sistema de “leasing” proposto pelo BNH, em que o mutuário paga prestação menor mas se torna inquilino do BNH, foi amplamente repudiado. (da sucursal)

Luta de funcionários faz a Sopal recuar

Os motoristas, cobradores e fiscais da Sopal, empresa de transporte coletivo de Porto Alegre, derrotaram os patrões em sua tentativa de aumentar o horário de trabalho sem aumento de salário. A empresa queria aumentar o horário de almoço de duas para quatro horas, aumentando também o horário em que os funcionários ficavam à sua disposição. Para isso, ameaçava demitir os trabalhadores que não aceitassem esse acordo espúrio.

Entretanto os funcionários procuraram o Sindicato, que foi à porta da Sopal e anunciou que todos os contratos feitos sob coação seriam anulados. Os trabalhadores organizaram-se para lutar por seus direitos, e acabaram não só barrando o aumento da jornada de trabalho, como ainda conquistaram outras melhorias. Agora, a sua luta é pelo acordo salarial, que deve ser assinado em julho.

(da sucursal)

Prefeito demite em massa em Porto Alegre

A Carris, empresa de transporte coletivo de economia mista, responsável pelo maior número de linhas em Porto Alegre, demitiu 74 funcionários este mês. João Brum, há dois anos e meio na empresa, denunciou que “nos últimos dois meses já tinham sido demitidos 60”. Jorge Pereira, com nove anos de firma, revela que a Carris está “comprando carros novos e tem dinheiro pra festinhas,

só não tem para garantir nossos empregos”. O prefeito bíblico de Porto Alegre, João Dib, é quem indica o administrador da Carris. Ele faz promessas mágicas de combater o desemprego, “mas é o primeiro a demitir em massa”, reclamam os trabalhadores. A Carris chegou a demitir até o vice-presidente do Sindicato dos Rodoviários!

(da sucursal)

UnB faz greve para poder escolher reitor

Estudantes e professores da Universidade de Brasília estão em greve exigindo que seja respeitada a lista sêxtupla escolhida pelo voto direto, em maio, para reitor, e repudiam a intransigência do atual reitor, capitão-de-mar-e-guerra José Carlos Azevedo, em aceitar a lista. O atual reitor chegou na UnB em 1968 com a missão de reprimir o movimento estudantil e implantar o arbítrio. Fechou o DCE e até

hoje se nega a reconhecer a Associação dos Docentes. No entanto, diante da passeata de 3 mil estudantes, foi obrigado a conceder sua primeira audiência pública desde que assumi na UnB. A greve manterá os estudantes e professores mobilizados nas férias para impedir que Azevedo aproveite o período de descanso para indicar, para seu sucessor, um nome de sua preferência. (da sucursal)



Foto: Opress-André

Tribuna Operária, a informação com um ponto de vista de classe
Fundaçao Maurício de Nassi

Funcionalismo do Ceará não aceita ficar rastejando

No dia 25, realizou-se mais uma assembléia conjunta do funcionalismo no Ceará. A greve dos professores da rede estadual e municipal (cerca de 47 mil mestres) arrasta-se há mais de um mês, sem uma resposta satisfatória do governo do Estado ou do prefeito da Capital. Nos últimos dias, porém, recebeu um reforço significativo de outros setores do funcionalismo público, em situação tão precária quanto os professores.

A situação de todo o funcionalismo no Estado é simplesmente catastrófica. Uma professora primária, por exemplo, que ganhava em 1978 mais do que 2 salários-mínimos, percebe hoje precisamente Cr\$ 44.660,00, ou seja, apenas 45% do mínimo atual.

O advogado trabalhista Benedito Bezerril, suplente de deputado estadual, desfolha outros exemplos: uma funcionária com quase 30 anos de serviços no Instituto dr. José Frota-Hospital, ganha Cr\$ 53 mil por mês; uma funcionária com 26 anos de trabalho, na Secretaria de Educação, ganha Cr\$ 45 mil por mês. Além disso, os funcionários do Instituto dr. José Frota não recebem insalubridade nem adicional noturno.

“Não há a mínima moral do governo em querer declarar a ilegalidade do movimento, alegando a proibição de greve para os servidores públicos”, afirma Bezerril. “Illegal e imoral é esta tragédia. É irresponsável a acusação do governador Gonzaga Mota de que o movimento dos funcionários é ‘baderna’ feita ‘por uma minoria de radicais’.

Estando o Ceará próximo da falência, com uma dívida beirando Cr\$ 1 trilhão, o governador Gonzaga Mota tem posições contraditórias: assume uma postura aberta e liberal no âmbito da política nacional, mas não atende às justas reivindicações do funcionalismo estadual.

A disposição dos 3 mil participantes da última assembléia do funcionalismo pode ser detectada nas palavras do professor Brilhante, presidente da APEOC: “É preciso reforçar a idéia de que só com a união de todos chegaremos à vitória. Se tivermos que cair, cairemos todos de pé, como bravos, e não rastejando”. (da sucursal)

Metalúrgicos de Niterói vitimados pelo desemprego

Em 1981, estavam empregados nos estaleiros de Niterói 17 mil metalúrgicos. Em junho de 1984, o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói distribuiu um manifesto em que denuncia: “Somos uma categoria de 17 mil trabalhadores, 10 mil desempregados e sete mil em vias de perder o emprego”. Nos últimos 20 dias, o Estaleiro Mauá despediu cerca de 300 operários. O Estaleiro Renave, que possuía 2.500 funcionários, hoje tem apenas 650 e ameaça fechar. As demissões têm endereço certo: os operários com mais tempo de casa e com salários maiores. Os metalúrgicos, juntos com o Sindicato, estão exigindo o fim das demissões, não ao fechamento da Renave, fim da política econômica do governo que gera desemprego, rompimento com a política de submissão ao FMI, liberdades políticas e sindicais e eleições diretas-já para presidente da República. (Marcos Nogueira, da sucursal).

CUT faz reunião divisionista no Rio Grande do Sul

A CUT realizou no dia 23 de junho sua primeira plenária estadual no Rio Grande do Sul, com o objetivo de criar entidade divisionista no Estado. Temendo uma reunião esvaziada, os organizadores do encontro permitiram a participação de qualquer pessoa, independente de indicação das diretorias das entidades sindicais ou de assembléias das categorias. A esmagadora maioria dos 300 presentes não tinha nenhuma representatividade. O Sindicato dos Engenheiros, por exemplo, viu com surpresa seus representantes serem considerados como “delegados”, com direito a voz e voto. Foi escasso o número de dirigentes sindicais.

Predominavam na reunião profissionais liberais e assalariados da classe média. Nas discussões destacaram-se as posições estreitas e sectárias. Foi proposto, inclusive, que os trabalhadores não participassem da greve geral pelas diretas, “para não ficarem a reboque da oposição burguesa”. Os organizadores do encontro procuraram torpedear o Enclat unitário marcado para agosto, propondo sua substituição por uma plenária de dirigentes sindicais, já que a CUT pretende realizar também em agosto um encontro estadual paralelo. Contudo acabaram decidindo participar do Enclat, para não ficarem isolados. (da sucursal).

Metalúrgicos de SP na reta final

Quando este jornal estiver circulando, os 70 mil sindicalizados, de uma categoria de 330 mil metalúrgicos de São Paulo, estarão escolhendo nas urnas uma nova diretoria para o seu Sindicato.

Este poderoso destacamento operário está espalhado em cerca de 10.300 empresas, produzindo desde parafusos até vagões de trens e computadores. Dos 70 mil sindicalizados — que é ainda um número reduzido, apesar das recentes campanhas de sindicalização —, no máximo uns 50 mil estarão em condições de votar nos próximos dias 2 a 5 de julho.

Além da sede na Rua do Carmo, e da enorme sede-escola na rua Galvão Bueno, a entidade tem oito subseções em funcionamento. Para comunicação com as fábricas, circula mensalmente o jornal “O Metalúrgico”, com tiragem de 150 mil exemplares, e um suplemento semanal de 60 mil exemplares, sem contar os boletins diários para assuntos específicos e uma revista bimensal. Acrescentem-se a isto os cursos sindicais e os cursos para pipeiros, pelos quais só em 1983 passaram quase dois mil operários.

É uma máquina respeitável, que nestes dois últimos anos tem sido cada vez mais colocada a serviço da luta contra a exploração. Nestas eleições, está em jogo acelerar e dar mais força a este processo, fortalecer ainda mais o Sindicato e eleger uma diretoria representativa.

DUAS CONCEPÇÕES

Nas condições atuais, já manifestamos a opinião de que é a Chapa 1 que pode conduzir a categoria a novos avanços. Não é evidentemente uma chapa perfeita. Os operários conhecem bem os seus defeitos. Mas não será difícil encontrar suas qualidades. É principalmente uma chapa que trabalha pela unidade. Nela, estão participantes da antiga diretoria mas também companheiros novos, inclusive os que no pleito de 1981 defenderam as Chapas 2 e 3 de oposição. Os metalúrgicos sentir-se-ão bem representados por destacados ativistas, que dentro das fábricas batalharam pela união da classe e estiveram à frente de greves combativas. Além de unitária, a chapa abre espaço para a corrente sindical

classista que a cada dia ganha prestígio e simpatia entre os trabalhadores.

Votar na Chapa 1 significa, neste momento, dar continuidade ao esforço dispendido nestes últimos anos para acabar com o imobilismo e abrir o Sindicato para a categoria - e que já produziu de fato mudanças consideráveis na entidade. Esta escolha representa impulsionar a renovação do maior sindicato do Brasil.

Enquanto isto, a Chapa 2, embora adote um linguajar aparentemente radical, orientada por uma concepção míope e estreita, acaba fazendo o jogo dos patrões. A posição de seus componentes não é a de fazer política da classe ou da categoria, mas política de grupo, de panelinha.

É por tal visão grupista que esta dita “oposição metalúrgica” não se preocupa em levar os problemas das fábricas para o Sindicato e muito menos em aumentar o número de sindicalizados. Basta ver a prática do Bombardi, presidente da Chapa 2. Na Irlemp, onde ele trabalha, existem uns 400 trabalhadores. Porém apenas 29 são sindicalizados. A idéia da Chapa 2 é que sindicalizar e levar os problemas para o Sindicato seria “fortalecer o Joaquim”. Desta forma, sob o pretexto de combater o Joaquim na prática, este grupo acaba sabotando o Sindicato, que é de toda a categoria e não desta ou daquela pessoa, desta ou daquela diretoria.

Tão secretário é este grupo, que na porta da Villares chegou a chamar o “Juruna” de pelego. Quando no pleito passado o “Juruna” apoiava a Chapa 2, chamavam-no de combativo. O fato deste corajoso companheiro ter dirigido três greves no ano passado, e de contar com enorme prestígio entre seus colegas de trabalho, não importa. Para estes “puros”, quem não reza pela sua cartilha vira pelego. É por isto que a linha mestra da Chapa 2 é o divisionismo. A ideologia que a orienta é a da pequena burguesia, não serve ao proletariado.



Presença da Chapa 1 no comício das diretas, dia 26

São Bernardo retoma seu Sindicato

Depois de passar um ano sob a tutela do regime militar, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, no ABC paulista, terá novas eleições de 2 a 6 de julho. Com elas a entidade deve retornar às mãos dos 100 mil operários da região, conhecidos por sua disposição de luta, demonstrada em constantes e poderosas greves desde 1978.

A intervenção no Sindicato foi decretada pelo Ministério do Trabalho em julho passado, como forma de represália à paralisação da categoria ocorrida no início deste mês. Mas mesmo com a entidade fechada, os trabalhadores de São Bernardo não cessaram suas lutas e mantiveram um alto nível de organização — basicamente nas cinco grandes montadoras de automóveis, que concentram mais de 50 mil operários. Neste período ocorreram dois movimentos reivindicatórios vitoriosos: a greve de outubro passado e a operação tartaruga de abril deste ano.

Agora os metalúrgicos volta às urnas, com o objetivo maior de reconquistar sua entidade de classe. Neste sentido concorre apenas uma chapa, a **Resistência e Liberdade**, que tem como centro de seu programa a luta contra a intervenção dos generais e contra a estrutura sindical fascista, atrelada ao governo. Dentro dela há inclusive três diretores cassados pelo governo.

No entanto, nem tudo é positivo neste processo eleitoral. Apesar de única, a chapa formada não é unitária. Ela não incorpora todas as forças sindicais que lutaram contra a intervenção e mantiveram acesa a chama da luta. No processo de sua formação foram discriminadas as forças que têm críticas à linha sindical da diretoria cassada do Sindicato, que reza cegamente pela cartilha da CUT e do PT. Esta postura sectária vitimou a principal fábrica da região, a Volks, com 33 mil operários. Nela os trabalhadores consultados e a Comissão de Fábrica haviam indicado para participar da chapa uma respeitada liderança. Infelizmente seu nome foi vetado.



Greve e passeata em julho passado

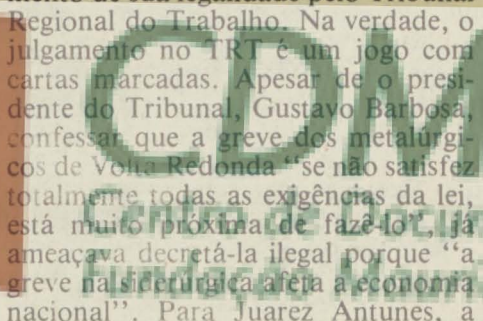
Metalúrgicos festejam vitórias em Volta Redonda

Terminou no domingo, dia 24, a greve dos 28 mil funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Rio de Janeiro. Os operários tiveram atendidas algumas de suas reivindicações, entretanto não conquistaram a equiparação salarial com seus colegas da Cosipa, de São Paulo. O fim da greve foi comemorado com uma passeata de 20 mil trabalhadores.

“Pagou pra ver, já viu. Se vacilar, tem mais”, gritavam os metalúrgicos ao final da greve. Afinal, pela primeira vez em sua história, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, criada em 1941) foi paralisada pelos operários. Com isso, não foram produzidas 40 mil toneladas de aço, e a empresa deixou de faturar cerca de Cr\$ 25 bilhões.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, José Juarez Antunes, “a nível econômico a greve não teve bons resultados, pois a nossa principal reivindicação, a equiparação com a Cosipa, não foi alcançada. Mas politicamente fizemos um avanço enorme e podemos ir mais longe ainda, no futuro”.

Os funcionários da CSN decidiram pôr fim à greve um dia antes do julgamento de sua legalidade pelo Tribunal Regional do Trabalho. Na verdade, o julgamento no TRT é um jogo com cartas marcadas. Apesar de o presidente do Tribunal, Gustavo Barbosa, confessar que a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda “se não satisfizesse totalmente todas as exigências da lei, está muito próxima de fazê-lo”, já ameaça decretá-la ilegal porque “a greve na siderúrgica afeta a economia nacional”. Para Juarez Antunes, a



Após decidirem o fim da greve, os operários realizaram uma passeata pela cidade

ilegalidade da greve “faria com que perdêssemos todas as vantagens conquistadas durante as negociações com a CSN”.

REDUÇÃO NAS DEMISSÕES

Pelo acordo assinado entre o Sindicato e a siderúrgica, os metalúrgicos conseguiram: um reajuste salarial de 8,82% acima do INPC; a utilização pelo Sindicato dos quadros de aviso da CSN para seus comunicados; que os dirigentes da entidade percorram a empresa sem a incômoda companhia de agentes patronais; a garantia de que os integrantes do comando de greve não serão demitidos; o piso para os 7 mil servidores, superior em 40% ao salário-mínimo; a redução de 50 para 20 demissões mensais na empresa etc. No total, foram atendidas 24 das 45 reivindicações dos operários.

Juarez Antunes considera que “enfrentamos e derrotamos os patrões. Eles não imaginavam que um dia a massa ia dar um basta à situação. Agora nós podemos parar a empresa a qualquer hora”. No domingo, quando foi decidido o fim da greve, os 15 mil metalúrgicos que estavam acampados na Usina Presidente Vargas, da CSN, desocuparam-na, festejando as conquistas alcançadas.

Greve contra atraso de salário na Serido

Os 1.100 operários da Indústria Têxtil Serido estão realizando um piquete na porta da fábrica, exigindo soluções concretas para os seus problemas, criados pela má administração da empresa, que faz parte do grupo IRSA.

Há seis meses sem receber salários, os trabalhadores estão aguardando o desfecho das negociações entre os donos da fábrica - que tem como acionista controlador o empresário Fernando Luiz Albuquerque Lima - e a Coteminas, e que dependem ainda de decisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, o maior credor da Serido.

Além dos salários atrasados, com o agravamento da situação os operários tomaram conhecimento de que a indústria também não vinha recolhendo desde 1981, apesar de descontar na folha, as contribuições para o INPS, para o FGTS e para a Companhia de Habilitação Popular - Cohab

-, além da contribuição sindical, também descontada e não paga ao Sindicato há um ano.

É grande a revolta das famílias, totalizando mais de 6 mil pessoas; e cerca de 500 empregados permanecem acampados na porta da fábrica, impedindo a entrada de qualquer indivíduo, até que surja uma solução definitiva. Desde que os trabalhadores tiveram de paralisar suas atividades, o governo aproveitou-se da situação para realizar um trabalho de "assistência social" (determinou a não-cobrança das contas de água e luz dos operários e distribuiu cestas com alimentos básicos, para descontar seus valores quando os trabalhadores receberem os salários atrasados).

Os operários estão agora procurando informar a população sobre a situação, distribuindo uma nota na qual mostram que querem assegurar a sobrevivência própria e de suas famílias, o que só será possível com o pagamento

imediato dos salários (seis meses atrasados) e a garantia de continuidade no emprego. E enquanto não se normaliza a situação, apelam para donativos, já que centenas de famílias estão mesmo passando fome.

Denunciam que as negociações com a Coteminas vêm sendo arrastadas há mais de 6 meses, tendo como intermediário o BNDES, principal credor e também acionista, o que leva os operários a serem as principais vítimas desde que a empresa entrou em greve crise financeira.

A fábrica está parada há mais de um mês. E o piquete completou 11 dias no dia 25 de junho. Para poder encerrar o bloqueio, os trabalhadores reivindicam um vale imediato de Cr\$ 50.000,00 para todos, transferência do controle acionário para a Coteminas e a não-punição dos operários que participam do piquete. (W.M. - Natal, Rio Grande do Norte)



Lavrador fala sobre trabalho escravo em Barra do Bugre

No dia 24 de maio deste ano, fomos convidados para trabalhar numa fazenda do grupo Itamarati, no município de Barra do Bugre, em Mato Grosso. Com promessas de receber bons salários, fomos até a fazenda.

Lá chegando, descobrimos que as promessas eram pura mentira e que o pessoal na fazenda trabalhava em regime de escravidão. Ao fim de dez dias, quando percebemos que tínhamos entrado numa grande "fria", resolvemos fazer o

acerto para voltar para casa. O gerente fez os cálculos de nosso trabalho às escondidas, não tivemos a liberdade de saber o que íamos receber e quais eram os descontos. Ganhei Cr\$ 68.000,00, mas ao final só recebi Cr\$ 30.000,00; o restante foi desconto. Até o aluguel de "alojamento" nós pagamos. A bôia é das piores e o preço é exorbitante.

Vejam bem: até Imposto de Renda fomos obrigados a pagar, acabamos levando prejuízo. O Grupo Itamarati tem

usinas de álcool e o nosso trabalho era corte de cana. A repressão é violenta e, se o trabalhador reclamar alguma coisa, é colocado na beira da estrada sem dinheiro e sem direito algum. Queremos saber até quando o nosso Brasil vai "progredir" em cima da miséria e do sofrimento de milhões de trabalhadores que só têm a noite para dormir mal e o dia para trabalhar de graça para esses capitalistas selvagens.

(B.R. - Barra dos Garças, Mato Grosso)

Sindicato denuncia opressão na Pial Legrand

Aqui está uma prova do trabalho desenvolvido pela atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Um livreto com as denúncias dos operários da Pial Legrand, na região do Socorro, com a ajuda do diretor da área, José Gregório.

O livreto mostra por que a vitória da Chapa 1 é tão importante para nós, metalúrgicos. Assim, daremos continuidade ao trabalho que vem sendo feito, de dinamizar o nosso Sindicato, no sentido de abrir mais portas da entidade a todos os companheiros que lá precisam estar, inclusive os que hoje estão na oposição.

Quero aproveitar esta carta para divulgar as denúncias dos companheiros da Pial Legrand. Lá, como bem diz o folheto, a chefia é um terror.

Na montagem, a pressão é muito grande. Os "senhores" Mariano e Luis tratam as montadoras e demais funcionárias como se fossem seus escravos, inclusive obrigam algumas delas a servirem como suas amantes fora da empresa. Em 11 de maio, foram mandadas embora várias pessoas. Mas as montadoras estão aprendendo a lutar. No mês passado, no setor do Mariano, as moças se uniram e foram falar com a chefia-geral das más condições de trabalho, e de cara conseguiram a demissão da revisora dedo-duro (Arlete) e baixar o PH (peças por hora) das peças.

Manutenção: "Há muito tempo o nome de um homenzinho vem sendo denunciado por nós. Seu nome é Prado, o terrorista. Não é preciso dizer mais nada. Vocês já o conhecem. Mas não custa lembrar duas coisas: 1) o companheiro que ele quase matou com corrente elétrica (alta-tensão) abriu processo no Ministério do Trabalho; 2) o pernambuco



Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo

PIAL LEGRAND UMA CHEFIA DE TERROR



cano que ele tanto perseguiu aqui dentro e correu lá fora (depois da surra), disse que vai voltar.

Prédio Novo (injetora, ferramentaria etc.): "Para o peão, um amontoado de máquinas, numa temperatura de até 42°, batendo sol nas costas através das telhas transparentes que economizam energia elétrica".

Ferramentaria: "O paraíso prometido virou um inferno - excesso de barulho que vem das injetoras e dos moinhos;

uma máquina em cima da outra jogando cavaco sobre os companheiros; poluição dos gases que saem das injetoras".

Na hora da saída, o vexame é grande: os horistas são apalpadados até onde não se deve. Os trabalhadores da Pial têm que se organizar e partir para a luta já. Têm que eleger uma comissão de fábrica para negociar com a direção da empresa junto com o Sindicato para exigir seus direitos. (um metalúrgico amigo da TO - São Paulo, SP)

Metalúrgico: vote na Chapa 1

Há mais exemplos do trabalho desenvolvido pela atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, mais especificamente no Socorro, onde atuou como ativista há algum tempo. Na Filtros Mann havia um problema seríssimo, pois 90 companheiros trabalhavam como temporários. Através de negociações persistentes, desenvolvidas pelo diretor do Sindicato

na região, esses operários foram efetivados sem que houvesse nenhuma demissão na fábrica.

Com greve, foi conquistada na Lafont estabilidade por seis meses em abril, além de outras reivindicações importantes. A fábrica de bicicletas Pimont é outro testemunho vivo de uma diretoria atuante. Nesta fábrica, existe uma co-

missão com estabilidade de dois anos (que há poucos dias foi prorrogada por mais dois anos). Esta comissão de fábrica é respeitada pelos patrões pois tem o respaldo dos operários da fábrica. Assim é que se trabalha! Avante companheiros da Chapa 1, Unidade na Luta! (um ativista metalúrgico de Santo Amaro e Socorro - São Paulo, SP)

Estudantes do Julinho contra as taxas

No dia 19 de junho, os estudantes do colégio Julinho, em Porto Alegre, paralisaram 100% de suas atividades em protesto à obrigatoriedade do pagamento das taxas de CPM, ao fim do pagamento de quaisquer outras taxas na escola e pelo fim à repressão e pela autonomia dos grêmios.

A paralisação foi resultado do debate que o Centro de In-

tegração dos Estudantes do Júlio Castilho — Ciejud — está levando na escola sobre a taxa de CPM. No dia 5 de junho, nossa entidade promoveu um debate na escola com a presença do Grêmio dos Professores, Centro dos Professores, União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas e UBES. Além da paralisação, realizamos três passeatas, uma em cada turno.

Assim, os estudantes do Julinho e a diretoria de seu Grêmio deram prova da combatividade dos secundaristas e de sua capacidade de luta na defesa de seus direitos, a exemplo da paralisação e da passeata realizadas no dia 25 de abril em apoio à emenda das diretas-já. (Eros Moraes de Almeida, presidente do Ciejud — Porto Alegre, Rio Grande do Sul)

Neste número, duas cartas de metalúrgicos paulistas falam sobre a importância da batalha que deverá ser brevemente travada pela conquista da diretoria do Sindicato. E ambas apresentam diversas razões para a categoria votar em peso na Chapa 1, a mais capaz de levar adiante um trabalho de abertura da entidade para a categoria.

Também destacamos a luta dos operários têxteis de Natal, que estão há quase quinze dias fazendo piquete em frente à fábrica que os explora e em greve há mais de um mês. Em frente, companheiros! Desejamos vitórias nestas lutas por seus direitos mínimos.

(Olivia Rangel)



fala o POVO

Na Plástico Rode é proibido rir

Aqui na Plásticos Rode, os operários são obrigados a trabalhar de mau humor. Se um trabalhador é visto rindo ou cantando baixinho enquanto trabalha, logo vem o chefe pra saber o que está acontecendo.

Ora, um sorriso não custa nada, e vale tanto, mas a gente é obrigado a trabalhar emburrado...

Mas, pensando bem, não faltam motivos pra gente ficar mal-humorado. Se por uma infelicidade qualquer a gente estraga o produto no trabalho (nós fabricamos carteiras, bolsas, sacolas), tem que pagar.

Quem trabalha com tinta, embora fique exposto à intoxicação, não recebe leite no serviço, o que é obrigatório por lei.

Os funcionários estão registrados com as funções erradas na Carteira de Trabalho, que é para rebaixar os salários. Uma pessoa pode trabalhar durante anos como maquinista, mas sempre estará registrada como "ajudante geral". A gente nem pode olhar pro lado durante o serviço; e se acabar as tarefas, tem que desfazer para fazer de novo, ou então tem



que lavar o carro do chefe etc.

Para nós, mulheres, ainda existem agravantes. Por exemplo, para ir no banheiro temos que arranjar uma substituta que fique na máquina, pra produção não parar (os homens não têm essa exigência absurda). Além do mais, não podemos fumar nem no banheiro (os homens podem). E aí da pobre coitada que engravidar! Perde o emprego na certa. E quando nasce o filho é que precisamos mais do em-

prego, pois temos uma criança para sustentar...

Agora, com as eleições no Sindicato dos Químicos de Suzano, se a Chapa 1 ganhar, nós acreditamos que vai haver melhoras no trabalho. A Chapa 1 é composta por companheiros que nos ajudam a enfrentar as injustiças dos patrões e do governo. É preciso vencer o medo de enfrentar o patrão. É preciso votar na Chapa 1. (uma funcionária da Rode — Suzano, SP)

Fundado núcleo de apoio à TO

Nós, de São Luís de Montes Belos, estamos escrevendo para a Tribuna Operária para relatar o êxito da reunião do dia 17 de junho, onde foi fundado um núcleo de apoio ao jornal, composto por lideranças da cidade, entre as quais o presidente da Associação de Bairros, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entidades estudantis, Associação de Pais e Mestres, Secretaria Municipal de Educação e o grupo de teatro local. A in-

da tivemos a participação do companheiro Luis Carlos, da TO, e um do Bloco Popular, Eliomar Pires.

Fizemos uma avaliação da luta pelas diretas-já na cidade e discutimos que o jornal Tribuna Operária tem sido um dos nossos principais instrumentos para organizar o povo e lutar por um município melhor. Uma luta da TO em São Luís de Montes Belos, Goiás.

Fundação Maurício Grabois

Capixabas coletam mais de Cr\$ 400 mil em festa junina

Ainda esta semana nos chegaram mais de Cr\$ 500 mil para a reconstrução da **Tribuna Operária**, alvo de um incêndio e de saque criminoso em abril último. Em Vitória, os capixabas montaram uma barraca, "Arraiá do Velho João", no festival de quadrilhas juninas local. Uma iniciativa que deu certo: foram arrecadados mais de Cr\$ 400 mil para a **TO**. Inspirados nesse sucesso, os tribuneiros do Espírito Santo já se inscreveram para armar suas barracas em mais dois eventos para os próximos dias, além de uma festa de pescadores em Vila Velha, município vizinho.

Operários da Mapri (SP)	Cr\$ 10.000,00
Bragança Paulista (SP)	Cr\$ 13.000,00
Festa no bairro Santarém, Ouro Preto (MG)	Cr\$ 64.000,00
Moradores do bairro Santarém, Ouro Preto (MG)	Cr\$ 5.000,00
Contagem (MG)	Cr\$ 20.000,00
Funcionários do DER, Belo Horizonte (MG)	Cr\$ 10.000,00
Amigo, de Belo Horizonte (MG)	Cr\$ 3.000,00
Bazar do bairro S. Paulo, Belo Horizonte (MG)	Cr\$ 45.000,00
Barraca no festival de quadrilhas em Vitória (ES)	Cr\$ 401.000,00
Subtotal	Cr\$ 571.000,00
Total das semanas anteriores	Cr\$ 13.319.316,00
Total geral	Cr\$ 13.890.316,00

Leia e estude o marxismo-leninismo

Pela liberdade e pela democracia popular - J. Amazonas	Cr\$ 2.000,00
Revisionismo chinês de Mao Tsétung - J. Amazonas ..	Cr\$ 2.000,00
Eurocomunismo é Anticomunismo - Enver Hoxha	Cr\$ 4.000,00
Relatório ao 8º Congresso do PTA - Enver Hoxha	Cr\$ 2.000,00
Discurso aos Eleitores - Enver Hoxha	Cr\$ 1.000,00
Farabundo Martí, horói do povo de El Salvador	Cr\$ 1.000,00
Os comunistas e as eleições - V.I. Lênin	Cr\$ 2.000,00
Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher - Luísa Morais e textos de Marx, Engels, Lênin e Bebell	Cr\$ 1.500,00
Guerrilha do Araguaia	Cr\$ 5.000,00
Revista Princípios, o exemplar	Cr\$ 2.000,00
Revista Princípios, coleção encadernada do nº 1 ao 5 ..	Cr\$ 8.000,00
Revista Princípios, coleção encadernada do nº 1 ao 8 ..	Cr\$ 12.000,00
Obras escolhidas de Marx e Engels, 3 volumes, o exemplar ..	Cr\$ 5.500,00
Manifesto do Partido Comunista - Marx e Engels	Cr\$ 1.500,00
Ideologia alemã - Marx e Engels	Cr\$ 4.000,00
Escritos Militares - Marx, Engels e Lênin	Cr\$ 5.900,00
Miséria da Filosofia - Marx	Cr\$ 3.300,00
Trabalho Assalariado e Capital - Marx	Cr\$ 1.200,00
A origem do capital - Marx	Cr\$ 3.600,00
Anti-Dühring - Engels	Cr\$ 5.000,00
Dialética da Natureza - Engels	Cr\$ 5.000,00
A origem da família, da propriedade privada e do Estado - Engels	Cr\$ 3.500,00
Marxismo e o problema colonial - Stálin	Cr\$ 3.300,00
Materialismo dialético e materialismo histórico - Stálin	Cr\$ 1.700,00
Fundamentos do leninismo - Stálin	Cr\$ 2.500,00
Obras escolhidas de Lênin, 3 volumes, o exemplar	Cr\$ 7.500,00
O Estado e a revolução - Lênin	Cr\$ 3.500,00
O que fazer? - Lênin	Cr\$ 3.500,00
Sobre os sindicatos - Lênin	Cr\$ 3.300,00
O programa agrário - Lênin	Cr\$ 3.200,00
O trabalho do Partido entre as massas - Lênin	Cr\$ 3.200,00
Três fontes e três partes constitutivas do marxismo - Lênin	Cr\$ 2.200,00
Esquerdismo, doença infantil do comunismo - Lênin ..	Cr\$ 3.300,00
Imperialismo, fase superior do capitalismo - Lênin	Cr\$ 3.300,00
Como iludir o povo - Lênin	Cr\$ 1.500,00
Princípios fundamentais do marxismo - Plekânnov	Cr\$ 2.300,00
Os dez dias que abalaram o mundo - John Reed	Cr\$ 6.500,00
História da AP (da JUC ao PC do B) - A. Arantes, H. Lima	Cr\$ 6.300,00

Pedidos com o envio de cheque no minal, no valor da compra, para a Editora Anita Garibaldi, av. Brig. Luís Antônio, 317, 4º andar, sala 43. CEP 01317. Fone 34.0689 - São Paulo - SP.

Andarae, Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36.7531 (DDD 011).
Tele: 01132133 TLOBR.
Coordenador: Responsável: **Pedro de Oliveira**.
Conselho de direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia ALAÇOS - **Arapiraca:** Praça Luis Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. **Maceió:** Rua Cincinela, 100, CEP 70000. **Manaus:** Rua Amazonas, 100, CEP 69000. **Marabá:** Rua Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - CEP 69000.
Matão: Rua José Nunes dos Matos, 12 - CEP 42800. **Feira de Santana:** Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. **Quilombo:** Rua 12 de Novembro, 92 - andar, sala 1 Centro - CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 44000. **Itapicuru:** Rua Amador, 85, Senador Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40000. **Simpões Jilés:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Prefeitura) - CEP 40000.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.
Fortaleza: Rua do Rosário, 313 - sala 206, Centro - CEP 60000. **Iguatu:** Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79900. **Sobral:** Av. José José, 1235, sala 100 - CEP 63000.
ESPIRITO SANTO - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 100 - CEP 27000. **Flamengo:** Rua Francisco Araújo, 77 (esquina com escola

Tribuna Operária

dária (Clete Nunes), Centro - CEP 09000.

GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. **Formosa:** Rua Emílio Póvoa, sala 4 - CEP 77200. **Anápolis:** Rua Desembargador Jaime, 105, sala 204 - CEP 74000.

MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 152, 1º andar, Marla Coe - Fone 7910.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Vales, 361, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.

PARA - Belém: Rua Aristides Lobo, 620 - Centro - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar - Sala 201 - Calçado - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Martin Alfonso, 370 - CEP 87000. Londrina: Rua Sergipe, 691 - salas 7 e 8 - CEP 86000.
PIAUÍ - Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130 - 3º andar - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vígrio Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55000. Recife: Rua Sossogo, 221 - 6º andar - CEP 50000. Vitória: Rua 14 de Novembro, 408 - 1º andar - Presidente Bandeira - 408 - sala 109 - Alcorim - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 101 - CEP 91000.

la 29 - CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Da Carlota, 1831 - 2º andar, fundos. CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrade Neves, 1598, sala 403 - CEP 96100. **Cachoeira:** Rua da Liberdade, 400 - CEP 96200. **Aberto** depois das 18 horas e 9 sábados das 9 às 12 horas.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Santa Clara, 100 - CEP 22000. **Rio de Janeiro:** CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Carvalho de Souza, 155, loja F - Madureira - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amarel, 1400 - CEP 24070, sala 807 - CEP 24000. **Duque:** Caxias - Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Av. Marechal Flores, nº 2248, sala 4 - CEP 26200.

ROAIMBA - Boa Vista: Rua Afonso Paulo Saldanha, 625 - Bairro São Francisco - CEP 89300.

Roraima - Boa Vista: Rua Costa Aguiar, 333, telefone 2-6345 - CEP 13100. **Marilândia:** Joaquim Barreto, 295 - CEP 13100.

Roraima - Boa Vista: Rua da Piraes da Azevedo, 25 - 2º andar, sala 12 - CEP 16000. **Santa André:** Travessa Lourenço Rondoni - 35 - CEP 13090. **Santa André:** Rua do Campo, Av. Arthur da Frota Moreira, 61 - Ferrazópolis - CEP 90600. **São José dos Campos:** Rua Vilça, 195, sala 101 - CEP 13000. **São José dos Campos:** CEP 12200. **Taubaté:** Rua Souza Alves, 633, sala 5 - CEP 12100.

SERGIPE - Aracaju: Rua Araújo, 100 - CEP 54000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up, Impressão, Cila, Editora da Jorjús. Fone: 815-4981 - São Paulo - SP.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária.
Envio junto com este cupom um cheque nominal à
Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de
assinatura:

Anual de apoio (52 edições)	☐	Cr\$ 30.000,00
Anual comum (52 edições)	☐	Cr\$ 15.000,00
Semestral de apoio (26 edições)	☐	Cr\$ 14.000,00
Semestral comum (26 edições)	☐	Cr\$ 7.000,00
Anual para o exterior (em dólares)	☐	US\$ 70,00

NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO:
 PROFISSÃO: DATA:

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

**Preços
válidos por
tempo limitado.
Envie hoje o
seu cupom.**

Receba em casa a
Tribuna Operária
pagando apenas
Cr\$ 269 por exemplar

Quando você faz uma assinatura semestral ou anual da Tribuna, economiza mais de Cr\$ 30 por exemplar. Além disso, recebe seu jornal em casa toda semana. E ainda ajuda a imprensa operária, que depende do apoio dos trabalhadores para sobreviver e crescer. Assine a Tribuna. Preencha e envie hoje mesmo o cupom ao lado.

[illegible]

O filme de Diegues joga em Palmares hábitos e ritos inexistentes no quilombo de Ganga Zumba e Zumbi

 QUILOMBO
um espetáculo cheio de exotismo

O último filme de Cacá Diegues, "Quilombo", lançado recentemente, está despertando curiosidade para muitos e restrições para outros. Trata do fato mais importante do escravismo na fase colonial, ou seja, a República de Palmares, que se estendeu por quase todo o século XVII no território do atual Estado de Alagoas.

Quem pesquisa a história dessa época não pode ignorar o fato, pois são as próprias autoridades da Metrópole que o afirmam. Temos, portanto, de ver **Palmares** como a mais séria manifestação de luta entre as classes fundamentais da época: senhores e escravos. Fora desta perspectiva, o fato fica inexplicável, ou se dilui em tentativas de explicações alegóricas e que por isto mesmo nada explicam.

GRANDILOQUÊNCIA

Evidentemente não iremos comentar o filme como cineasta, mas como um analista do

seu contexto social mais abrangente. E é neste particular que achamos ter direito de opinar. De fato, o filme tem uma linguagem grandiloquente, caindo freqüentemente no colosso-lismo quantitativo (de cenas e personagens), o que muitas vezes vem sustentar, ou procura, a sua falsidade como peça antropológica, sociológica ou histórica.

Porque o filme nada mais é do que um *espetáculo* sem nenhum compromisso com o fato histórico, aproveitando-se dele apenas quando e na medida em

que ele coadjuva para o seu enriquecimento cênico.

Com esta falta de cerimônia confessa pelos acontecimentos históricos, sociais, ou pela verdade antropológica, Cacá Diegues cria um filme que se perde exatamente pela ideologia de gratuidade artística, através da qual a criação pode levantar asas e desprender-se completamente da realidade. A realidade histórica da República de Palmares (que não foi um quilombo apenas, mas uma nação em formação) fica diluída e mitificada através desse tratamento de indiferença para com a verdade histórica. Os acontecimentos de Palmares, a sua realidade, ficaram assim subordinados a este conceito de gratuidade, de voluntarismo do cineasta.

VISÃO EXÓTICA

E quais os resultados de tudo

Os inimigos do quilombo usaram os métodos mais bárbaros, do fuzilamento à tortura

isto? Parece-nos que a obra ficou fluando sem direção e o resultado é o espetáculo, a montagem em cima de uma visão ainda exótica da república negra.

Há, portanto, uma manipulação dos personagens, a valorização de alguns em detrimento de outros, tudo isto na medida em que essa manipulação favorece o espetáculo em si. Dai haver jogado na república hábitos e ritos inexistentes. Sem nos colocarmos numa visão extremamente severa, mas ponderando com ênfase, devemos dizer que toda a apresentação de traços de cultura sudaneses dentro da república tem um sabor de piada antropológica.

Evidentemente que Palmares nunca foi aquela apoteose de amor e sexo, de deslambramento com a natureza e de idílio. Foi uma república em armas permanentemente, em luta contra um inimigo poderoso que usou dos métodos mais bárbaros, do fuzilamento à tortura, para vencer os escravos rebeldes. E é nesta perspectiva permanente de luta contra o opressor que Palmares assume dimensão de epopeia, e não por ter sido uma utopia que terminou em sangue, com a destruição dos vencidos. Não podemos dizer até que ponto o aproveitamento correto de certos aspectos da república poderiam empobrecer o espetáculo cinematográfico. Mas temos a certeza de que, com isto, o filme sairia engrandecido e adquiriria maior dimensão.

Resta elogiar Cacá Diegues pela dignidade com que colocou os negros em ação, a valorização do homem negro, que deixa de aparecer, no nosso cinema, como palhaço, malandro ou desclassificado, para aparecer numa posição de homem que luta para fazer a história. (Clóvis Moura)

Cosipa condena operários à morte

“Leucopenia: doença crônica e progressiva que destrói os glóbulos brancos no sangue. Na sua fase final a vítima não apresenta resistência física e uma simples gripe ocasiona a morte”. Esta explicação médica não dá a real dimensão do problema vivido por 83 operários com leucopenia que a Cosipa — Companhia Siderúrgica Paulista — condenou à morte.

Na semana retrasada o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos denunciou a existência de 83 casos desta doença mortal na Cosipa, empresa instalada em Cubatão, com cerca de 14 mil funcionários. A notícia desmascarou a poderosa estatal, conhecida por possuir um dos maiores índices de produtividade do país. Atualmente ela produz mais de 3 milhões de toneladas de aço por ano — quatro vezes mais do que há três anos atrás. Para atingir esta superprodução, que gera vultosos lucros, a Cosipa jogou os trabalhadores numa “câmara da morte”, onde não existem as mínimas condições de trabalho.

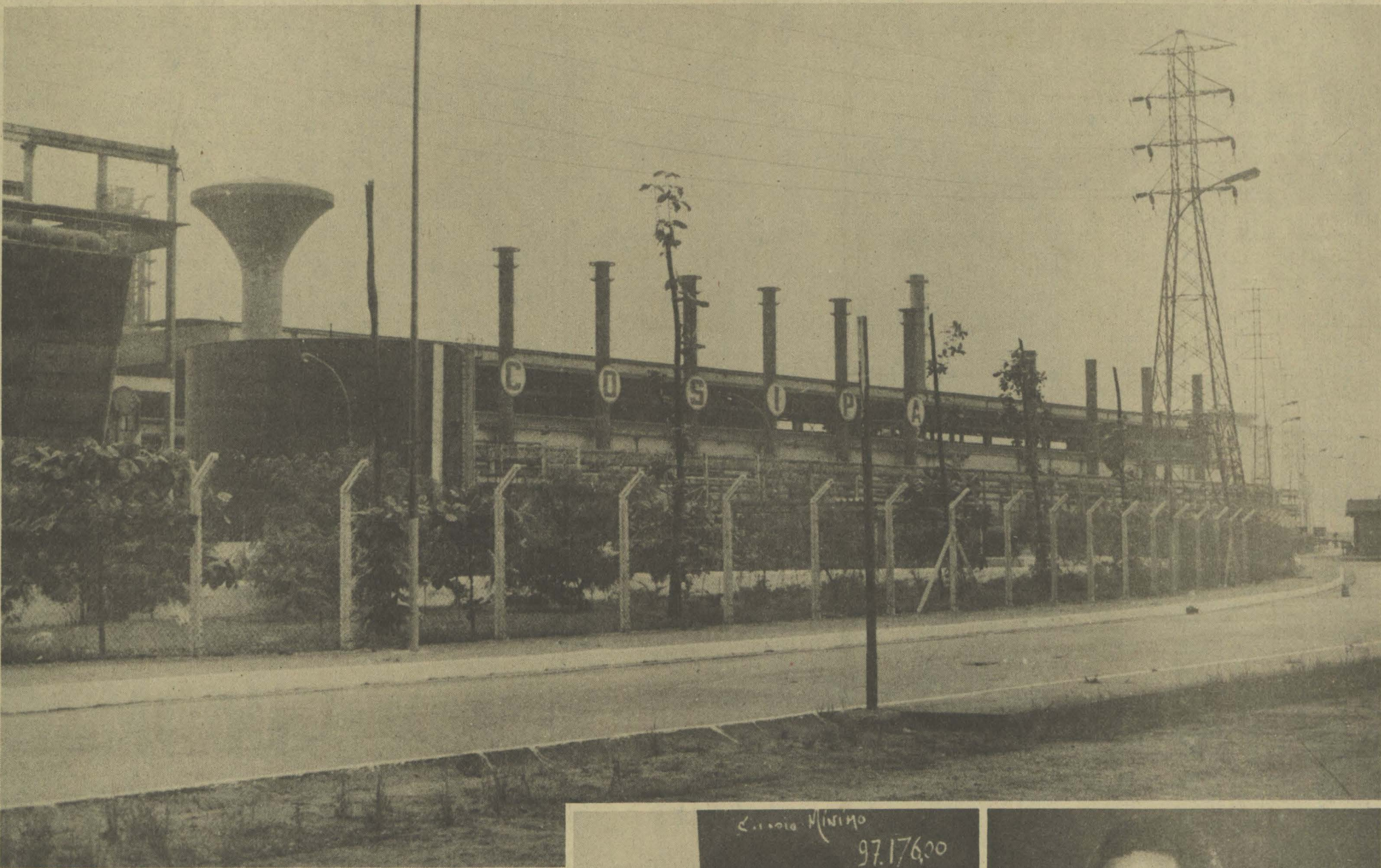
Os 83 casos foram descobertos após o Sindicato diagnosticar 450 metalúrgicos, entre 15 de agosto e 15 de junho último, já que a empresa sonega as informações dos seus exames médicos periódicos. A pesquisa serve como amostragem, evidenciando que os trabalhadores estão expostos a inúmeros gases altamente tóxicos, principalmente o benzeno. Este gás, que afeta a medula óssea, onde é produzido o sangue, é usado na usina de coque. Mas a contaminação não se restringe à coqueria, atingindo toda a empresa, com casos de leucopenia nos altos-fornos, na laminação, etc.

“Válvulas vedadas com pedaços de pano”

Os produtos tóxicos estão espalhados por toda a usina, em contato direto com os operários. Para quadruplicar seus lucros, a Cosipa vem investindo menos nos equipamentos e diminuindo o efetivo de empregados, com as demissões atingindo principalmente a manutenção. As condições de trabalho são as mais precárias. Já no início do ano, uma inspeção feita por técnicos da Secretaria do Trabalho comprova que “há na usina concentrações de benzeno superiores ao limite de tolerância”.

Segundo o relatório dos técnicos, “na usina de benzeno há vazamento do produto em válvulas de amostragem, num filtro, e existem até reparos improvisados com resina de durepoxi corrigindo vazamento na tubulação da linha de ácido sulfúrico e na própria bomba de benzeno. A válvula de gás 85 do sistema de altos-fornos foi vedada com um pedaço de pano”.

Este desleixo com a manutenção tem gerado vários aci-



Cosipa se tornou uma “câmara da morte”. Francisco lembra que “o sono é irmão da morte” e Ivan afirma que “a meta da empresa é matar o homem”

dentes. No último dia 13 estourou a válvula 63, da coqueria, toda enferrujada. Os gases tóxicos foram aspirados por José Augusto e Reinaldo Salvador, que desmaiaram, sangrando pelo nariz e pelos ouvidos. Dois dias depois ocorria um novo vazamento, obrigando a paralisar a usina por algumas horas.

A Cosipa conhecia esta situação criminoso, mas nunca tomou nenhuma providência. E o que é mais grave: segundo denúncia do Sindicato, 25 dos 83 casos de leucopenia agora denunciados já eram de conhecimento da empresa. A maioria já se encontrava sob orientação médica. Porém os trabalhadores tinham seu salário descontado e não sabiam qual era a doença. O médico da empresa dizia apenas tratar-se de um “probleminha”. Os do INPS, que também trabalham na empresa, afirmavam que estavam “aptos a trabalhar”. No caso dos operários Severino Ramos e Alfredo Oliveira, desde meados de 1979 que os exames periódicos da Cosipa apontavam contaminação com benzeno. Só que eles nunca foram afastados da usina, continuando em contato com o produto e acelerando a doença. Mesmo agora a Cosipa recusa-se a afastar todos os doentes. Cerca de 40 continuam no local.

“A gente tem que fugir da realidade”

A **Tribuna Operária** esteve em Cubatão e pôde sentir grande revolta. Na assembléia realizada dia 23, os operários decidiram exigir o imediato afastamento de todos os afetados, redução da jornada de trabalho e

consertos na empresa. Ameaçam parar caso o problema não seja resolvido.

Já entre os atingidos pela doença, o clima é de expectativa. Francisco das Chagas Ferreira tem apenas 33 anos de idade e é solteiro. Trabalha há oito anos na coqueria, hoje como mecânico da manutenção. Ele relata: “Eu só soube da doença no final de 83. Mas já em 81 o médico disse que eu estava com um probleminha, só que não me deu o resultado do exame. Agora fiquei sabendo que não era um probleminha, mas um problemão”.

“Lá dentro da Cosipa é um crime. Tem vazamento de benzeno pra qualquer lado que você vá. A fábrica está em petição de miséria e os chefes vivem dizendo que não têm verbas para os consertos. Eles só demitem funcionários da manutenção. Antes eram uns 700, hoje só tem uns 500. No fundo a empresa só visa a produção. Não quer saber do homem”.

Quando fala de sua doença, sua voz fica trêmula: “Ultimamente tenho sentido muito sono. E todos os afetados dizem que têm soneira. Como dizem, o sono é irmão da morte... Moro aqui sozinho, minha família vive no Piauí e nem sabe da doença. Aqui só tenho amigos e se não fossem eles eu já teria ficado doido. Na verdade a gente tem de fugir da realidade”.

Outro contaminado com benzeno é Ivan Soares de Araújo, casado, pai de três filhos, 44 anos de idade. Trabalha na coqueria, como soldador, há seis anos. “A gente via e sentia os gases e dava vontade de ir embora. Mas pra onde? Emprego não se acha fácil, o salário é pouco”.

“Só fiquei sabendo da doença em outubro do ano passado. Mas eu já estava sentindo muito cansaço, as pernas doendo. Pensava que era devido à carga de trabalho. Às vezes a gente terminava o serviço pesado às 17 horas e o chefe exigia que a gente voltasse à zero horas para dobrar. Agora eu estou afastado, mas sinto o mesmo cansaço. Nesta semana fui cortar umas madeiras pra fazer uma fogueirinha de São João para as crianças e me deu uma tontura, um nervoso danado. Ivan gagueja, com os olhos cheios de lágrimas: “Hoje sou um homem fracassado, acabado. Na empresa os gerentes, os engenheiros, nunca sentiram o ben-zol. Eles ignoram a nossa vida. Só querem saber de produção, de hora-extra, de pressão. Eles põem lá na parede: “A meta é o homem”. Só se for para matar”. (Altamiro Borges)



“Minha esposa ia pôr fogo na casa”

Francisco Canindé do Nascimento, 30 anos de idade e nove de Cosipa, ficou sabendo que estava com leucopenia há seis anos. A notícia desestruturou toda família. Dona Clarimar, sua esposa, teve uma forte crise nervosa e desde 3 de maio encontra-se internada num hospital psiquiátrico de Santos, sem receber visitas.

Em fins de abril dona Clarimar foi à sede do Sindicato dos Metalúrgicos, bastante perturbada. “Ela chegou às oito horas da manhã, com duas crianças”, lembra Gilfredo Ribeiro Borges, diretor sindical que a atendeu. “Chorando, ela disse que a Cosipa havia matado seu marido, que ele não tinha

mais chances de vida. Bastante convicta, ela afirmou que esperaria o Canindé dormir, colocaria na mesma cama seus três filhos, jogaria álcool e incendiaria toda a casa”. A tragédia só não se sucedeu devido à interferência de Gilfredo, que na mesma noite visitou a família.

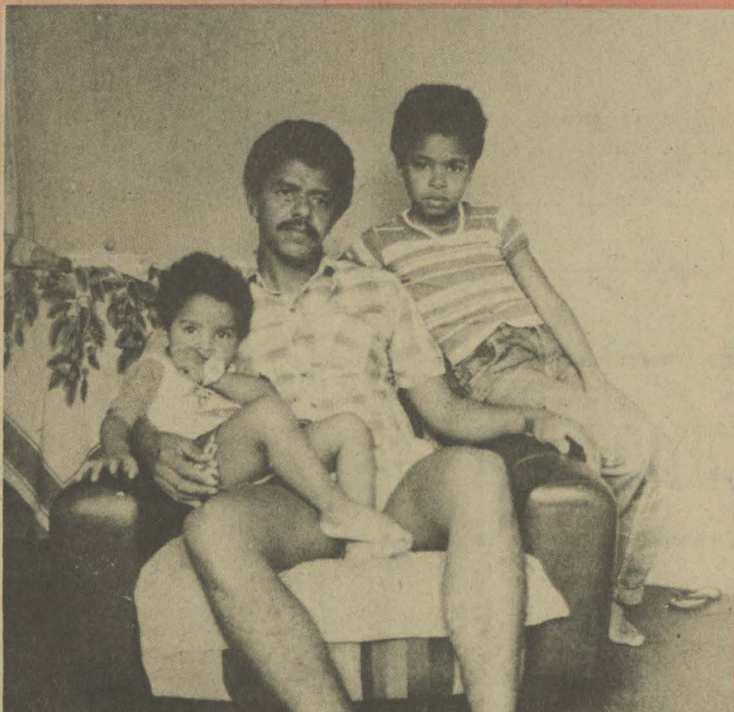
“ERA SÓ UM PROBLEMINHA”

A **Tribuna Operária** esteve na residência de Francisco Canindé, num bairro perto do porto de Santos. Numa casa modesta, de madeira, Canindé, com a tristeza estampada no rosto, relatou seu caso:

“Eu trabalho no alto-forno da usina, onde o gás da coqueria está espalhado. Há uns seis meses fiz o exame da empresa e o médico disse que eu estava com um probleminha. No início tentaram me enrolar, fizeram um jogo de empurra. Como insisti, acabaram abrindo o jogo”.

Apesar de seu nome constar da lista dos 83 casos de leucopenia, até agora a Cosipa não o afastou da usina. “Eles só me afastaram da função de forneiro, mas continuo na área. Tenho sentido umas coisas estranhas: ando com muito sono, cansado.” Em contato diário com os gases, sua situação vem piorando. O penúltimo exame médico registrava 4.200 glóbulos brancos; já o último registra apenas 3.800, quando o normal é acima de 5 mil. “A Cosipa está toda contaminada. Da portaria pra dentro você já está arriscado”, diz Canindé.

“Minha esposa já tinha um problema nervoso, mas nos últimos 15 anos estava tudo normal. Quando ficou sabendo que estava doente, ela ficou muito irritada. Vivendo falando pra vizinhança que ia morrer, que ela ia ficar viúva, não ia ter como cuidar dos filhos. À noite, quando eu voltava do trabalho, dizia que gostava muito de mim, que era uma injustiça eu morrer cedo. Cada dia ficava mais abalada”, relata Canindé, que conclui: “Eu ando muito preocupado, triste. Não tem remédio que consiga parar esta doença. A empresa não dá a mínima pra vida da gente, não nos trata como seres humanos, só quer produção. Tenho 30 anos e já sinto a falta de vida. O resto a Cosipa me roubou”.



Francisco com seus dois filhos. “A Cosipa me roubou a vida”

OPINIÃO

Lógica capitalista

É muito significativa a expressão raivosa do presidente da Cosipa, Paulo Enge, diante da denúncia de que a empresa condenara à morte vários metalúrgicos. “Não podemos tolerar a exploração sentimental do caso”, esbravejou o empresário. Do ponto de vista do capitalismo, que ele representa, é isto mesmo. Tratar da vida humana, dos direitos e da saúde dos trabalhadores é um “sentimentalismo” intollerável.

Para o capitalista o que importa é o lucro. As mercadorias produzidas pelos operários só são vistas

deste ponto de vista. Se beneficiam ou prejudicam quem as produz ou quem vai consumi-las, pouco importa. Para os proprietários das máquinas e das fábricas o que interessa é extrair o máximo de mais-valia, para aumentar seu lucro.

A Cosipa já sabia há muito tempo que havia vazamento do benzeno e que o produto causa uma doença mortal. Mas tratou de omitir as informações, como fazem inúmeras empresas que burlam as leis, deixam de colocar filtros antipoluentes ou trocam o nome dos remédios condenados.



CDM
Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois